Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital 1

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo 2

Balanço Patrimonial Passivo 3

Demonstração do Resultado 5

Demonstração do Resultado Abrangente 6

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto) 7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025 9

DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024 10

Demonstração de Valor Adicionado 11

Comentário do Desempenho 12

Notas Explicativas 26

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva 91

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente 93

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras 94

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente 95

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2025
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	190.575.733
Preferenciais	58.564
Total	190.634.297
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
1	Ativo Total	6.934.444	7.002.224
1.01	Ativo Circulante	953.152	1.152.279
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	5.695	6.781
1.01.02	Aplicações Financeiras	330.313	505.134
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	330.313	505.134
1.01.03	Contas a Receber	505.121	510.096
1.01.03.01	Clientes	505.121	510.096
1.01.04	Estoques	34.658	38.293
1.01.06	Tributos a Recuperar	61.179	59.525
1.01.07	Despesas Antecipadas	762	1.214
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	15.424	31.236
1.01.08.03	Outros	15.424	31.236
1.01.08.03.01	Adiantamentos a empregados	3.597	3.832
1.01.08.03.02	Depósitos Vinculados	9.548	25.575
1.01.08.03.03	Outros ativos	2.279	1.829
1.02	Ativo Não Circulante	5.981.292	5.849.945
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	157.052	153.157
1.02.01.04	Contas a Receber	904	1.110
1.02.01.04.02	Clientes	904	1.110
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	164	213
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	155.984	151.834
1.02.01.10.04	Projeto KFW - recursos aplicados	4.934	4.933
1.02.01.10.05	Depósitos judiciais	28.690	30.640
1.02.01.10.06	Depósitos para reinvestimento	14.405	13.989
1.02.01.10.07	Depósitos vinculados a garantias	98.559	93.276
1.02.01.10.08	Ativos financeiros - Contratos de Concessão	8.075	7.276
1.02.01.10.10	Outros Ativos	270	633
1.02.01.10.11	Bloqueios Judiciais	1.051	1.087
1.02.02	Investimentos	21.136	21.896
1.02.02.01	Participações Societárias	21.136	21.896
1.02.03	Imobilizado	111.885	122.035
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	111.885	122.035
1.02.04	Intangível	5.691.219	5.552.857
1.02.04.01	Intangíveis	5.691.219	5.552.857
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	3.817.036	3.825.933
1.02.04.01.03	Direito de uso	8.541	8.644
1.02.04.01.04	Softwares	41.161	39.235
1.02.04.01.05	Ativo de contrato	1.824.481	1.679.045

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
2	Passivo Total	6.934.444	7.002.224
2.01	Passivo Circulante	1.008.434	1.090.018
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	48.872	65.320
2.01.02	Fornecedores	266.636	315.414
2.01.03	Obrigações Fiscais	40.076	49.045
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	40.076	49.045
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	137	3.174
2.01.03.01.02	Tributos a Recolher	39.939	45.871
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	512.465	517.440
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	328.202	327.806
2.01.04.02	Debêntures	156.549	150.407
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	27.714	39.227
2.01.04.03.01	Arrendamento mercantil	27.714	39.227
2.01.05	Outras Obrigações	127.929	130.237
2.01.05.02	Outros	127.929	130.237
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	59.673	63.248
2.01.05.02.04	Outras obrigações	1.171	1.279
2.01.05.02.07	Obrigações parceria público-privada	67.085	65.710
2.01.06	Provisões	12.456	12.562
2.01.06.02	Outras Provisões	12.456	12.562
2.01.06.02.04	Incentivo a aposentadoria - PRSP	12.456	12.562
2.02	Passivo Não Circulante	2.555.009	2.594.528
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.947.141	2.005.074
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	574.035	591.810
2.02.01.02	Debêntures	1.352.031	1.398.036
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	21.075	15.228
2.02.02	Outras Obrigações	285.693	283.299
2.02.02.02	Outros	285.693	283.299
2.02.02.02.03	Tributos a recolher	25.393	26.839
2.02.02.02.06	Garantias contratuais de fornecedores	5.063	4.887
2.02.02.02.07	Acordos judiciais a pagar	26.092	20.826
2.02.02.02.08	Fornecedores	112	112
2.02.02.02.17	Obrigações parceria público-privada	229.033	230.635
2.02.03	Tributos Diferidos	13.794	15.657
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	13.794	15.657
2.02.04	Provisões	308.381	290.498
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	129.808	124.177
2.02.04.01.05	Provisões Cíveis, Trabalhistas e Tributárias	129.808	124.177
2.02.04.02	Outras Provisões	178.573	166.321
2.02.04.02.04	Incentivo a aposentadoria - PRSP	27.495	20.564
2.02.04.02.05	Provisão atuarial benefício definido - Plano de saúde	151.078	145.757
2.03	Patrimônio Líquido	3.371.001	3.317.678
2.03.01	Capital Social Realizado	2.629.668	2.629.668
2.03.01.01	Capital Social	2.629.668	2.629.668
2.03.02	Reservas de Capital	7.985	7.985

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	7.985	7.985
2.03.04	Reservas de Lucros	313.512	252.416
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	458.244	466.017
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-38.408	-38.408

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	761.918	744.675
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-461.487	-481.359
3.03	Resultado Bruto	300.431	263.316
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-193.296	-163.494
3.04.01	Despesas com Vendas	-51.357	-52.170
3.04.01.01	Despesas com Vendas	-29.364	-34.064
3.04.01.02	Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	-21.993	-18.106
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-139.881	-112.406
3.04.02.01	Despesas Administrativas	-125.160	-98.708
3.04.02.02	Despesas Tributárias	-14.721	-13.698
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	-1.298	945
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-760	137
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	107.135	99.822
3.06	Resultado Financeiro	-47.109	-14.636
3.06.01	Receitas Financeiras	23.650	18.900
3.06.02	Despesas Financeiras	-70.759	-33.536
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	60.026	85.186
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-5.842	-23.602
3.08.01	Corrente	-7.706	-21.274
3.08.02	Diferido	1.864	-2.328
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	54.184	61.584
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	54.184	61.584
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,2842	0,3311
3.99.01.02	PN	0,3126	0,3642

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
4.01	Lucro Líquido do Período	54.184	61.584
4.02	Outros Resultados Abrangentes	0	5.821
4.03	Resultado Abrangente do Período	54.184	67.405

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	109.221	78.870
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	219.691	195.344
6.01.01.01	Lucro antes do IRPJ e CSLL	60.026	85.186
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	64.876	61.567
6.01.01.03	Resultado na baixa de ativos imobilizados e intangíveis	10.166	7.813
6.01.01.04	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	21.993	18.106
6.01.01.05	Provisão para contingências	-4.936	-22.030
6.01.01.07	Provisao para incentivo a aposentadoria - PRSP	15.654	8.248
6.01.01.08	Ajuste de valor presente - PRSP	-6.080	-2.183
6.01.01.10	Juros e variações monetarias	64.915	38.725
6.01.01.11	Resultado ativos financeiros - contratos de concessão	-200	-138
6.01.01.13	Atualização da provisão incentivo a aposentadoria - PRSP	1.174	907
6.01.01.14	Rendimento aplicações financeiras	-14.153	-9.810
6.01.01.15	Provisão atuarial - beneficio definido plano de saúde	5.321	4.249
6.01.01.16	Tributos diferidos	-1.863	2.328
6.01.01.18	Ajuste a valor presente de arrendamento	1.228	1.709
6.01.01.19	Resultado de equivalência patrimonial	760	137
6.01.01.20	Apropriação gastos iniciais das debêntures	810	530
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-46.201	-75.836
6.01.02.01	Arrendamento a pagar	7.729	0
6.01.02.02	Depósitos vinculados	16.175	-271
6.01.02.03	Contas a receber	-16.812	-27.274
6.01.02.04	Estoques	3.635	74
6.01.02.05	Tributos a recuperar	-1.654	15.078
6.01.02.06	Tributos a recolher	-7.378	-7.088
6.01.02.09	Depósitos vinculados a garantias	-2.460	53
6.01.02.10	Outros ativos	7.848	-2.429
6.01.02.11	Fornecedores	-48.778	-38.406
6.01.02.12	Incentivo a aposentadoria - PRSP	-3.923	-5.486
6.01.02.13	Depósitos judiciais e provisão para contingências	1.950	10.957
6.01.02.14	Projetos Alvorada e KFW II	-1	0
6.01.02.15	Acordos judiciais a pagar	4.523	9.217
6.01.02.16	Imposto de Renda e Contribuição Social a recolher	9.551	-20.240
6.01.02.17	Outros passivos	69	838
6.01.02.18	Obrigações sociais	-16.448	-10.859
6.01.02.20	Obrigações parceria público-privada	-227	0
6.01.03	Outros	-64.269	-40.638
6.01.03.01	Juros pagos	-45.839	-40.638
6.01.03.02	IRPJ e CSLL pagos	-18.430	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-8.777	-108.504
6.02.01	Aquisição de imobilizado/ativo de contrato e intangível	-194.399	-252.669
6.02.02	Aplicações financeiras	185.622	144.804
6.02.03	Aumento de Capital Social em participações societárias	0	-639
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-101.530	30.024

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
6.03.01	Amortização de empréstimos	-28.139	-8.250
6.03.02	Ingressos de empréstimos	783	38.274
6.03.04	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-3.575	0
6.03.06	Amortização de obrigações por arrendamento	-5.599	0
6.03.10	Amortização de debêntures	-65.000	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-1.086	390
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	6.781	1.324
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	5.695	1.714

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.629.668	7.985	252.416	0	427.609	3.317.678
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.629.668	7.985	252.416	0	427.609	3.317.678
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	54.184	0	54.184
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	54.184	0	54.184
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	61.096	-54.184	-7.773	-861
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	61.957	-61.957	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	7.773	-7.773	0
5.06.04	Utilização Reserva de Contribuição para Projetos de Interesse Social	0	0	-861	0	0	-861
5.07	Saldos Finais	2.629.668	7.985	313.512	0	419.836	3.371.001

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.450.564	1.498	170.343	0	297.431	2.919.836
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.450.564	1.498	170.343	0	297.431	2.919.836
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	67.405	-5.821	61.584
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	61.584	0	61.584
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	5.821	-5.821	0
5.05.02.06	Realização de ajuste de avaliação patrimonial	0	0	0	5.821	-5.821	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	66.384	-67.405	0	-1.021
5.06.07	Constituição de reserva de retenção de lucros	0	0	67.405	-67.405	0	0
5.06.08	Constituição/utilização de reserva de contribuição para projetos de interesse social	0	0	-1.021	0	0	-1.021
5.07	Saldos Finais	2.450.564	1.498	236.727	0	291.610	2.980.399

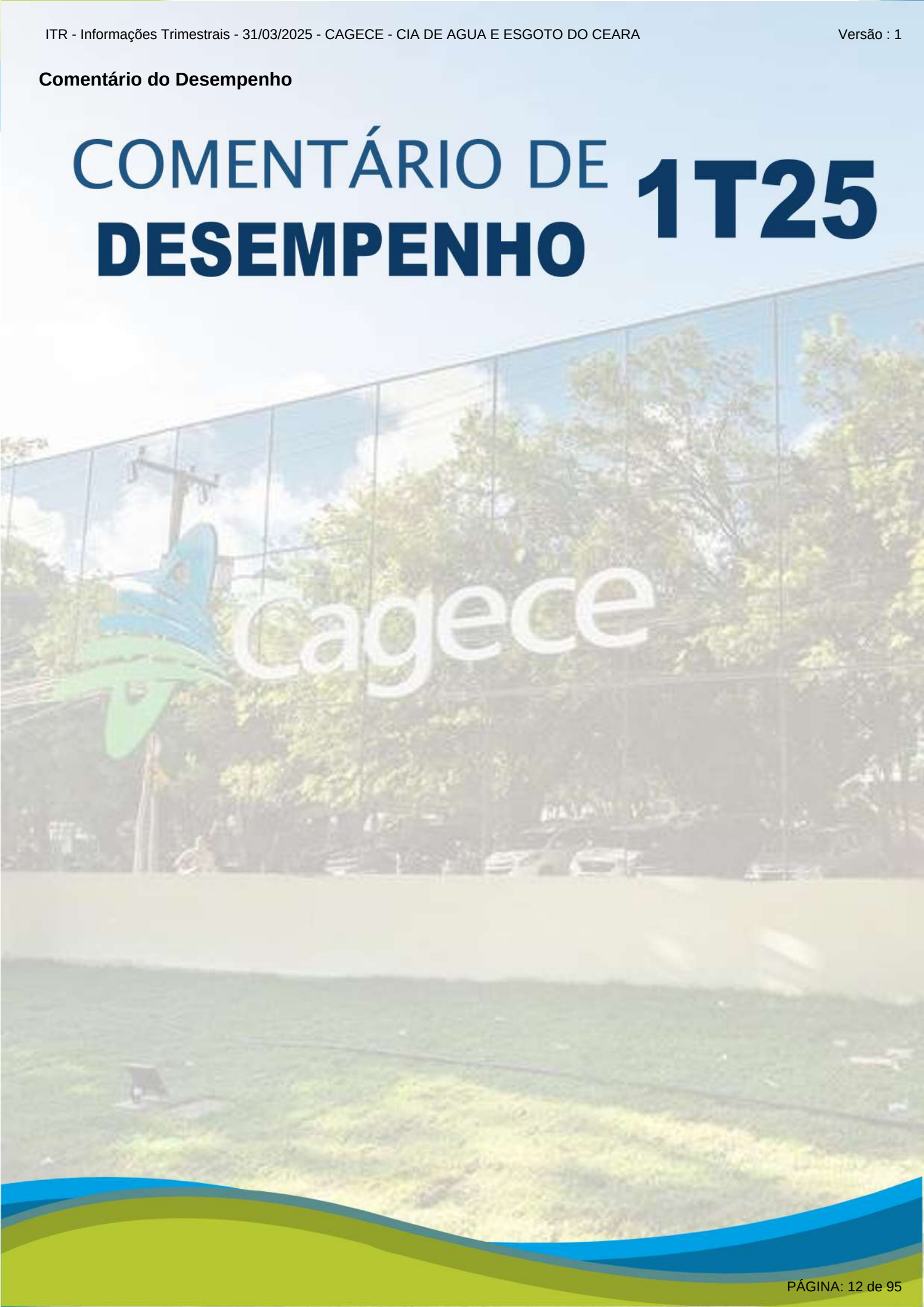
DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
7.01	Receitas	804.258	786.521
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	680.870	628.587
7.01.02	Outras Receitas	1.314	1.485
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	144.066	174.554
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-21.992	-18.105
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-442.189	-442.463
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	0	-267.909
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-298.123	0
7.02.04	Outros	-144.066	-174.554
7.02.04.01	Custos de construção	-144.066	-174.554
7.03	Valor Adicionado Bruto	362.069	344.058
7.04	Retenções	-64.876	-61.567
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-64.876	-61.567
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	297.193	282.491
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	24.033	19.951
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-760	137
7.06.02	Receitas Financeiras	24.562	19.676
7.06.03	Outros	231	138
7.06.03.01	Receita financeira - Ativo financeiro	231	138
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	321.226	302.442
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	321.226	302.442
7.08.01	Pessoal	105.995	105.199
7.08.01.01	Remuneração Direta	74.514	69.544
7.08.01.02	Benefícios	25.427	23.180
7.08.01.03	F.G.T.S.	5.026	4.552
7.08.01.04	Outros	1.028	7.923
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	78.947	91.417
7.08.02.01	Federais	70.110	83.120
7.08.02.02	Estaduais	7.714	7.078
7.08.02.03	Municipais	1.123	1.219
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	70.765	33.619
7.08.03.01	Juros	22.678	19.518
7.08.03.02	Aluguéis	6	84
7.08.03.03	Outras	48.081	14.017
7.08.03.03.02	Outras despesas financeiras	48.081	14.017
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	54.184	61.584
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	54.184	61.584
7.08.05	Outros	11.335	10.623
7.08.05.01	Agentes Reguladores	5.775	5.265
7.08.05.02	Taxa de concessão da Prefeitura de Fortaleza	5.560	5.358

Comentário do Desempenho

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO 1T25



Comentário do Desempenho

Comentário do Desempenho 1T25

A CAGECE - Companhia de Água e Esgoto do Ceará - anuncia hoje o resultado do primeiro trimestre de 2025 (1T25). As comparações estão relacionadas com o primeiro trimestre de 2024 (1T24). As informações financeiras, exceto quando indicado em contrário, são apresentadas em milhares de reais (R$ mil). As tabelas com os resultados estão disponíveis para *download* no ri.cagece.com.br.

DESTAQUES FINANCEIROS

Destaques Financeiros (R$ mil)	1T25	1T24	% AH
Receita Líquida	617.852	570.121	*8,4%*
Custos e Despesas	510.717	470.299	*8,6%*
Lucro Bruto	300.431	263.316	*14,1%*
Margem Bruta	*48,6%*	*46,2%*	*2,4 p.p*
EBITDA	172.011	161.389	*6,6%*
Margem EBITDA	*27,8%*	*28,3%*	*-0,5 p.p*
Lucro Líquido	54.184	61.584	*-12,0%*
Margem Líquida	*8,8%*	*10,8%*	*-2 p.p*
Dívida Líquida	2.074.809	1.630.753	*27,2%*
Capex Total	207.002	261.733	*-20,9%*
Dívida Líquida/EBITDA LTM	2,94	3,22	*-28 p.p*

DESTAQUES OPERACIONAIS

Destaques Operacionais	1T25	1T24	% AH
Água			
Ligações Ativas (1.000 unidades)	1.815	1.787	*1,6%*
Economias Ativas (1.000 unidades)	2.054	2.069	*-0,7%*
População Coberta (1.000 habitantes)	5.722	5.600	*2,2%*
Volume Faturado (1.000 m³)	75.568	74.845	*1,0%*
Índice de Cobertura do Estado (%)	99,19%	99,20%	*-0,01 p.p.*
Nº de ETAs Ativas (unidades)	152	150	*1,3%*
Índice de Hidrometração (%)	99,95%	99,94%	*0,01 p.p.*
IPD (%)	43,58%	44,14%	*-0,56 p.p.*
Extensão de Rede (km)	18.896	17.850	*5,9%*
Esgoto			
Ligações Ativas (1.000 unidades)	838	787	*6,4%*
Economias Ativas (1.000 unidades)	1.054	1.033	*2,1%*
População Coberta (1.000 habitantes)	2.938	2.749	*6,9%*
Volume Faturado (1.000 m³)	29.713	27.921	*6,4%*
Índice de Cobertura do Estado (%)	50,42%	46,63%	*3,79 p.p.*
Nº de ETEs Ativas (unidades)	286	283	*1,1%*
Extensão de Rede (km)	5.928	5.474	*8,3%*

1. DESEMPENHO OPERACIONAL

A Companhia atua em operações de abastecimento de água e/ou operações de esgotamento sanitário em 152 dos 184 municípios no Estado do Ceará divididos em três microrregiões (Centro Norte, Centro Sul e Oeste). O quadro a seguir apresenta a origem da Receita Bruta da Companhia no 1T25, demonstrando que os 10 maiores contratos foram responsáveis por 75,9% do total no referido período e os demais 142 municípios por 24,1%. O Município de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará, foi responsável por 53,7% e 4 municípios (Fortaleza, Maracanaú, Caucaia e Juazeiro do Norte) foram responsáveis por 68,8% da Receita Bruta Total da Companhia, respectivamente, no referido exercício.

Receita Bruta por município (%) – 1T25

Municípios	% da Receita Bruta
FORTALEZA	53,67%
MARACANAU	6,05%
CAUCAIA	4,91%
JUAZEIRO DO NORTE	4,12%
EUSEBIO	1,44%
ITAITINGA	1,33%
ITAPIPOCA	1,27%
PACATUBA	1,09%
MARANGUAPE	1,04%
TIANGUA	0,99%
Subtotal	75,94%
Demais	24,06%
Total	**100,00%**

Os quadros a seguir apresentam comparativos relativos a indicadores operacionais da Companhia para os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

ÁGUA	1T25	1T24	% AH	4T24	% AH
Ligações Ativas (1.000 unidades)	1.815	1.787	*1,6%*	1.819	*-0,2%*
Economias Ativas (1.000 unidades)	2.054	2.069	*-0,7%*	2.105	*-2,4%*
População Coberta (1.000 habitantes)	5.722	5.600	*2,2%*	5.667	*1,0%*
Extensão de Rede (km)	18.896	17.850	*5,9%*	18.487	*2,2%*
Índice de Cobertura do Estado (%)	*99,19%*	*99,20%*	*-0,01 p.p.*	*99,21%*	*-0,02 p.p.*
Nº de ETAs Ativas (unidades)	*152*	*150*	*1,3%*	*152*	*0,0%*
Índice de Hidrometração (%)	*99,95%*	*99,94%*	*0,01 p.p.*	*99,94%*	*0,01 p.p.*
IPD (%)	*43,58%*	*44,14%*	*-0,56 p.p.*	*44,08%*	*-0,50 p.p.*

Obs.: Os dados apresentam a situação em 31/03/2025, 31/03/2024 e 31/12/2024. A metodologia utilizada para o cálculo do IPD é a do IWA. Em 2025, foram implementados ajustes no cadastro das Economias Ativas. Para fins de comparabilidade, no 1T25 x 1T24, conforme a metodologia anterior, a Companhia apresentaria crescimento de 1,6% nas economias ativas de água.

Comentário do Desempenho

Comentário do Desempenho 1T25

ESGOTO	1T25	1T24	% AH	4T24	% AH
Ligações Ativas (1.000 unidades)	838	787	*6,4%*	833	*0,5%*
Economias Ativas (1.000 unidades)	1.054	1.033	*2,1%*	1.086	*-2,9%*
População Coberta (1.000 habitantes)	2.938	2.749	*6,9%*	2.911	*0,9%*
Extensão de Rede (km)	5.928	5.474	*8,3%*	5.758	*2,9%*
Índice de Cobertura do Estado (%)	*50,42%*	*46,63%*	*3,79 p.p.*	*49,61%*	*0,81 p.p.*
Nº de ETEs Ativas (unidades)	*286*	*283*	*1,1%*	*286*	*0,0%*

Obs.: Os dados apresentam a situação em 31/03/2025, 31/03/2024 e 31/12/2024. Em 2025, foram implementados ajustes no cadastro das Economias Ativas. Para fins de comparabilidade, no 1T25 x 1T24, conforme a metodologia anterior, a Companhia apresentaria crescimento de 6,0% nas economias ativas de esgoto.

No comparativo 1T25 *versus* 1T24 relativo ao desempenho operacional de água e esgoto, destacam-se os seguintes pontos:

- Ampliação da rede total de Água (5,9%) e Esgoto (8,3%);
- Aumento de 6,9% na população coberta de esgoto;
- Aumento de 2,1% nas economias ativas de esgoto.

Nos quadros a seguir foram detalhados os volumes de água e esgoto nos comparativos trimestrais.

ÁGUA	1T25	1T24	% AH	4T24	% AH
Volume Captado (em 1.000 m³)	117.370	119.368	*-1,7%*	126.200	*-7,0%*
Volume Consumido (em 1.000 m³)	57.522	57.686	*-0,3%*	59.555	*-3,4%*
Volume Faturado (em 1.000 m³)	75.568	74.845	*1,0%*	76.672	*-1,4%*
Residencial	69.227	*68.550*	*1,0%*	*69.870*	*-0,9%*
Comercial	3.565	3.539	*0,7%*	*3.576*	*-0,3%*
Industrial	441	494	*-10,7%*	*458*	*-3,6%*
Pública	2.336	2.261	*3,3%*	*2.769*	*-15,6%*

ESGOTO	1T25	1T24	% AH	4T24	% AH
Volume Coletado (em 1.000 m³)	23.946	22.749	*5,3%*	23.584	*1,5%*
Volume Faturado (em 1.000 m³)	29.713	27.921	*6,4%*	29.103	*2,1%*
Residencial	25.994	24.669	*5,4%*	25.622	*1,5%*
Comercial	2.067	1.989	*3,9%*	2.046	*1,1%*
Industrial	786	567	*38,7%*	500	*57,2%*
Pública	866	697	*24,3%*	935	*-7,5%*

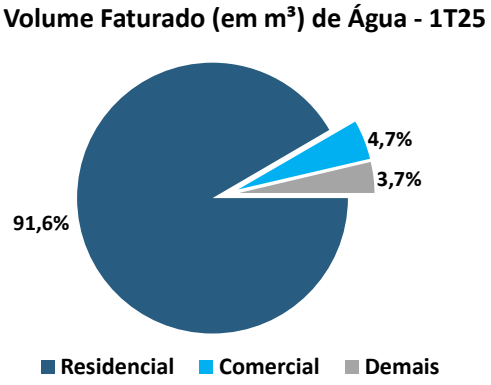
Analisando os volumes nos comparativos trimestrais, destacam-se:

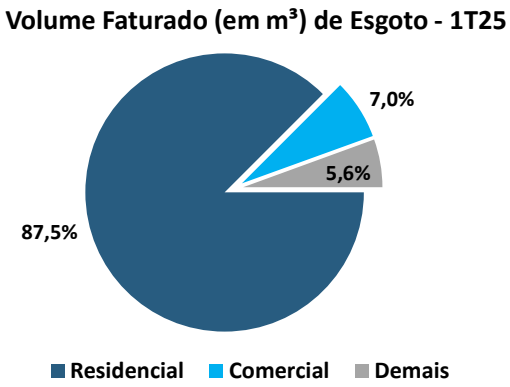
- O volume de água faturado total registrou um acréscimo de 1,0% no comparativo 1T25 x 1T24. A categoria "Residencial", responsável por 91,6% do volume faturado total no 1T25, apresentou um acréscimo de 1,0% no comparativo trimestral, devido aos efeitos combinados do aumento do consumo por economia (+1,8%) e da redução do número de economias ativas (-0,8%). Já as categorias não residenciais ("Comercial" "Industrial" e "Pública") responsáveis por 8,4% do volume faturado total no trimestre, apresentaram um acréscimo de 0,7% no consolidado, decorrentes principalmente dos efeitos do aumento nas economias ativas não residenciais (+0,5%).

Comentário do Desempenho

Comentário do Desempenho 1T25

- O volume de esgoto faturado total cresceu 6,4% no comparativo 1T25 x 1T24 pelos efeitos combinados de: *i*) acréscimo de 5,4% no volume da categoria "Residencial", responsável por 87,5% do volume de esgoto faturado em decorrência principalmente dos efeitos combinados do aumento no consumo por economia ativa (+3,5%) e no número de economias ativas (+1,8%) na respectiva categoria; *ii*) categorias não residenciais ("Comercial" "Industrial" e "Pública") apresentaram acréscimo de 12,5% no comparativo trimestral, devido aos efeitos do aumento do consumo por economia ativa (+9,2%) e no número de economias ativas (+4,8%).





2. DESEMPENHO FINANCEIRO

2.1. Receita Bruta e Líquida

Receita Bruta e Receita Líquida (Em R$ mil)

Descrição	1T25	% AV	1T24	% AV	% AH 1T25 x 1T24	Var.Abs 1T25 x 1T24	4T24	% AV	% AH 1T25 x 4T24	Var.Abs 1T25 x 4T24
Receita Bruta	**680.869**	***110,2%***	**628.587**	***110,3%***	***8,3%***	**52.282**	**722.102**	***110,2%***	***-5,7%***	**-41.233**
Serviços de Água	477.692	*77,3%*	448.816	*78,7%*	*6,4%*	28.876	514.715	*78,5%*	*-7,2%*	-37.023
Serviços de Esgoto	203.177	*32,9%*	179.771	*31,5%*	*13,0%*	23.406	207.387	*31,6%*	*-2,0%*	-4.210
Deduções	**-63.017**	***-10,2%***	**-58.466**	***-10,3%***	***7,8%***	**-4.551**	**-66.827**	***-10,2%***	***-5,7%***	**3.810**
Impostos (PIS / COFINS)	-63.017	*-10,2%*	-58.466	*-10,3%*	*7,8%*	-4.551	-66.827	*-10,2%*	*-5,7%*	3.810
Receita Líquida	**617.852**	***100,0%***	**570.121**	***100,0%***	***8,4%***	**47.731**	**655.275**	***100,0%***	***-5,7%***	**-37.423**

Obs: As Receitas de Construção (R$ 144.066 – 1T25; R$ 174.554 – 1T24; R$ 219.481 – 4T24) foram desconsideradas da análise pelo efeito nulo no resultado.

A Receita Bruta auferida pela Companhia no 1T25, excluindo-se os efeitos das Receitas de Construção, atingiu R$ 680,9 milhões, um crescimento de 8,3% (R$ 52,3 milhões) perante os R$ 628,6 milhões obtidos no 1T24, sendo 6,4% (R$ 28,9 milhões) em Serviços de Água e 13,0% (R$ 23,4 milhões) em Serviços de Esgotamento Sanitário, em virtude principalmente dos efeitos de: i) complemento da revisão extraordinária (+8,0%) em vigor a partir de 05 de agosto de 2024; ii) incremento no volume faturado consolidado (+2,4%) no comparativo trimestral.

Em consequência, no referido comparativo trimestral, a Receita Líquida apresentou um aumento de 8,4% (R$ 47,7 milhões) no 1T25, atingindo R$ 617,9 milhões (*versus* R$ 570,1 milhões no 1T24).

Abertura da Receita Bruta (Em R$ mil)

Descrição	1T25	%AV	1T24	%AV	% AH 1T25 x 1T24	Var.Abs 1T25 x 1T24
Receita Direta	**665.207**	**97,7%**	**616.158**	**98,0%**	**8,0%**	**49.049**
Água	464.725	68,3%	438.453	69,8%	6,0%	26.272
Esgoto	200.482	29,4%	177.705	28,3%	12,8%	22.777
Receita Indireta	**15.662**	**2,3%**	**12.429**	**2,0%**	**26,0%**	**3.233**
Água	12.967	1,9%	10.363	1,6%	25,1%	2.604
Esgoto	2.695	0,4%	2.066	0,3%	30,4%	629
Receita Bruta	**680.869**	**100,0%**	**628.587**	**100,0%**	**8,3%**	**52.282**

No quadro acima, é possível observar um crescimento da Receita Direta nos comparativos do 1T25 x 1T24 (+8,0%). Por sua vez, a Receita Indireta registrou um acréscimo de 26,0% ou R$ 3,2 milhões no comparativo trimestral, em virtude principalmente dos serviços de cortes e religações realizados ao longo do período comparativo.

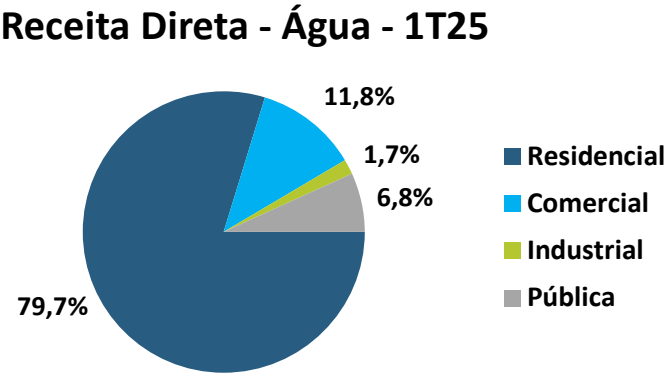
2.1.1. Receita Direta de Água

Receita Direta dos Serviços de Água (em R$ mil)

Categoria	1T25	% AV	1T24	% AV	% AH 1T25 x 1T24	Var.Abs 1T25 x 1T24	4T24	% AV	% AH 1T25 x 4T24	Var.Abs 1T25 x 4T24
Residencial	370.542	79,7%	346.573	79,0%	6,9%	23.969	388.492	77,5%	-4,6%	-17.950
Comercial	54.625	11,8%	51.964	11,9%	5,1%	2.661	55.378	11,0%	-1,4%	-753
Industrial	8.027	1,7%	9.283	2,1%	-13,5%	-1.256	8.728	1,7%	-8,0%	-701
Pública	31.531	6,8%	30.633	7,0%	2,9%	898	48.907	9,8%	-35,5%	-17.376
Total	**464.725**	**100,0%**	**438.453**	**100,0%**	**6,0%**	**26.272**	**501.505**	**100,0%**	**-7,3%**	**-36.780**

A Receita Direta dos Serviços de Abastecimento de Água (SAA) registrou um acréscimo de 6,0% no comparativo 1T25 x 1T24, pelos efeitos combinados da elevação de 6,9% referente à categoria "Residencial" e 2,5% referente ao consolidado das demais categorias.

A categoria "Residencial" foi responsável por 79,7% da Receita Direta dos Serviços de Água no 1T25, um crescimento de R$ 24,0 milhões (+6,9%) em relação ao 1T24 devido ao efeito combinado de elevação da tarifa média efetiva e do volume faturado. A categoria "Não residencial" ("Comercial", "Industrial" e "Pública") apresentou crescimento consolidado no comparativo 1T25 x 1T24 de 2,5% devido aos efeitos da elevação do volume faturado e tarifa média efetiva.

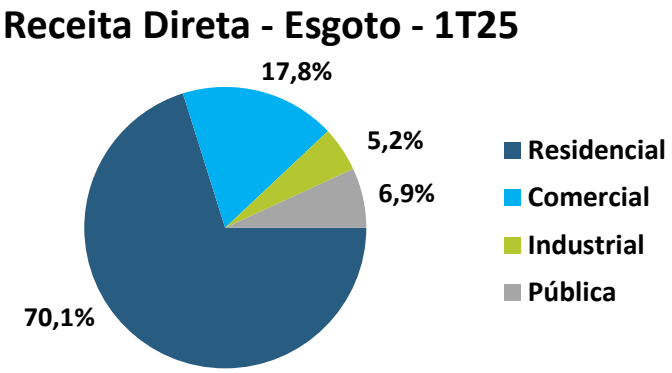


2.1.2. Receita Direta de Esgoto

Receita Direta dos Serviços de Esgoto (em R$ mil)

Categoria	1T25	% AV	1T24	% AV	% AH 1T25 x 1T24	Var.Abs 1T25 x 1T24	4T24	% AV	% AH 1T25 x 4T24	Var.Abs 1T25 x 4T24
Residencial	140.618	*70,1%*	124.332	*70,0%*	*13,1%*	16.286	141.459	*69,0%*	*-0,6%*	-841
Comercial	35.729	*17,8%*	32.846	*18,5%*	*8,8%*	2.883	36.247	*17,7%*	*-1,4%*	-518
Industrial	10.358	*5,2%*	9.506	*5,3%*	*9,0%*	852	8.664	*4,2%*	*19,6%*	1.694
Pública	13.777	*6,9%*	11.021	*6,2%*	*25,0%*	2.756	18.618	*9,1%*	*-26,0%*	-4.841
Total	**200.482**	***100,0%***	**177.705**	***100,0%***	***12,8%***	**22.777**	**204.988**	***100,0%***	***-2,2%***	**-4.506**

A Receita Direta referente ao Serviço de Esgotamento Sanitário (SES) registrou um acréscimo de 12,8% no comparativo 1T25 x 1T24 pelos efeitos combinados da elevação de 13,1% referente à categoria “Residencial” e 12,2% referente ao consolidado das demais categorias. A categoria “Residencial”, responsável por 70,1% da Receita Direta de Esgoto no 1T25 (R$ 140,6 milhões), registrou crescimento (+13,1%) em relação ao 1T24 pelo efeito combinado do incremento na tarifa média efetiva e volume faturado. A categoria “Não residencial” (“Comercial”, “Industrial” e “Pública”), responsável por 29,9% da Receita Direta de Esgoto no 1T25, registrou uma elevação (+12,2%) em relação ao 1T24 pelo efeito combinado do incremento do volume faturado consolidado e redução da tarifa média efetiva.



2.2. Custos e Despesas

Custos e Despesas Consolidados (Em R$ mil)

Descrição	1T25	% AV	1T24	% AV	% AH	Var.Abs	4T24	% AV	% AH	Var.Abs
Serviços	170.126	*27,5%*	152.666	*26,8%*	*11,4%*	17.460	192.596	*29,4%*	-11,7%	-22.470
Pessoal	104.966	*17,0%*	104.133	*18,3%*	*0,8%*	833	109.581	*16,7%*	-4,2%	-4.615
Insumos	90.515	*14,6%*	97.158	*17,0%*	*-6,8%*	-6.643	94.646	*14,4%*	-4,4%	-4.131
D&A	64.876	*10,5%*	61.567	*10,8%*	*5,4%*	3.309	65.176	*9,9%*	-0,5%	-300
PECLD	21.993	*3,6%*	18.106	*3,2%*	*21,5%*	3.887	15.407	*2,4%*	42,7%	6.586
Tributária	14.721	*2,4%*	13.698	*2,4%*	*7,5%*	1.023	13.335	*2,0%*	10,4%	1.386
Custos e despesas gerais	13.337	*2,2%*	10.308	*1,8%*	*29,4%*	3.029	14.065	*2,1%*	-5,2%	-728
Materiais	10.081	*1,6%*	8.334	*1,5%*	*21,0%*	1.747	9.137	*1,4%*	10,3%	944
Causas judiciais	8.879	*1,4%*	-3.260	*-0,6%*	*NA*	12.139	23.660	*3,6%*	-62,5%	-14.781
Concessão	5.560	*0,9%*	5.358	*0,9%*	*3,8%*	202	6.047	*0,9%*	-8,1%	-487
Transporte	2.577	*0,4%*	2.249	*0,4%*	*14,6%*	328	2.695	*0,4%*	-4,4%	-118
Outras rec./desp. oper.	1.298	*0,2%*	-945	*-0,2%*	*NA*	2.243	-6.276	*-1,0%*	NA	7.574
Honorários da administração	1.028	*0,2%*	1.064	*0,2%*	*-3,4%*	-36	1.069	*0,2%*	-3,8%	-41
Resultado da equivalência patrimonial	760	*0,1%*	-137	*0,0%*	*NA*	897	334	*0,1%*	127,5%	426
Custos e Despesas Consolidados	**510.717**	***82,7%***	**470.299**	***82,5%***	***8,6%***	**40.418**	**541.472**	***82,6%***	**-5,7%**	**-30.755**

Os Custos e Despesas Operacionais Líquidos apresentaram um incremento de R$ 40,4 milhões (+8,6%) no comparativo 1T25 x 1T24, com destaque para os seguintes pontos:

- A rubrica Serviços" aumentou R$ 17,5 milhões (+11,4%) em comparação ao 1T24, decorrente principalmente dos efeitos:
  a) Relativos à PPP Ambiental Ceará:
     i. Incremento na contraprestação variável em R$ 6,0 milhões;
     ii. Aumento de R$ 4,3 milhões no serviço de verificador independente dos indicadores da PPP.
  b) Incremento nos serviços terceirizados em R$ 5,3 milhões.
- As "Causas Judiciais" registraram incremento de R$ 12,1 milhões principalmente em virtude dos efeitos de pagamentos, ganhos de causa e reversões de provisões.
- A rubrica "Insumos" apresentou redução de R$ 6,6 milhões no comparativo 1T25 x 1T24, sobretudo pelo efeito combinado de:
  a) Decréscimo de R$ 4,9 milhões em energia em função majoritariamente da redução na provisão das contas do mercado cativo de energia;
  b) Redução de R$ 3,3 milhões no serviço e material de tratamento em função principalmente da melhor qualidade de água bruta captada no 1T25;
  c) Incremento de R$ 1,5 milhão nos gastos com água bruta, em função do reajuste tarifário aplicado pela Cogerh em agosto de 2024.
- As "Perdas Estimadas com Crédito de Liquidação Duvidosa" (PECLD) tiveram um incremento de R$ 3,9 milhões (+21,5%) no comparativo 1T25 x 1T24 devido ao aumento na constituição da PECLD em R$ 11,0 milhões atenuado pelo incremento nos pagamentos e renegociações em R$ 7,1

milhões no referido comparativo trimestral.

- A rubrica "D&A" apresentou um incremento de R$ 3,3 milhões (+5,4%) majoritariamente em razão do aumento da base de ativos da Companhia, consequente dos investimentos (Capex) necessários ao atingimento das metas de universalização.

2.3. Resultado Financeiro

Resultado Financeiro (Em R$ mil)

Descrição	1T25	% AV	1T24	% AV	% AH 1T25 x 1T24	Var.Abs 1T25 x 1T24	4T24	% AV	% AH 1T25 x 4T24	Var.Abs 1T25 x 4T24
Receitas Financeiras	**23.650**	***3,8%***	**18.900**	***3,3%***	***25,1%***	**4.750**	**22.654**	***3,5%***	*4,4%*	**996**
Rendimentos de aplic. financeiras	17.956	*2,9%*	14.492	*2,5%*	*23,9%*	3.464	15.359	*2,3%*	*16,9%*	2.597
Juros recebidos de clientes	5.362	*0,9%*	4.813	*0,8%*	*11,4%*	549	5.319	*0,8%*	*0,8%*	43
Atualização monetária ativa	1.243	*0,2%*	371	*0,1%*	*235,0%*	872	2.882	*0,4%*	*-56,9%*	-1.639
Receita de atualiz. do ativo financeiro	231	*0,0%*	138	*0,0%*	*67,4%*	93	189	*0,0%*	*22,2%*	42
(-) PIS/Cofins s/ rec. financeira	-1.142	*-0,2%*	-914	*-0,2%*	*24,9%*	-228	-1.095	*-0,2%*	*4,3%*	-47
Despesas Financeiras	**-70.759**	***-11,5%***	**-33.536**	***-5,9%***	*111,0%*	**-37.223**	**-58.040**	***-8,9%***	***21,9%***	**-12.719**
Debêntures	-38.727	*-6,3%*	-17.929	*-3,1%*	*116,0%*	-20.798	-34.209	*-5,2%*	*13,2%*	-4.518
Juros de financiamentos	-22.678	*-3,7%*	-19.518	*-3,4%*	*16,2%*	-3.160	-14.852	*-2,3%*	*52,7%*	-7.826
Atualização monetária passiva	-6.565	*-1,1%*	6.557	*1,2%*	*NA*	-13.122	-6.611	*-1,0%*	*-0,7%*	46
Juros de arrendamento	-1.228	*-0,2%*	-1.709	*-0,3%*	*-28,1%*	481	-1.252	*-0,2%*	*-1,9%*	24
Incentivo à aposentadoria	-1.174	*-0,2%*	-907	*-0,2%*	*29,4%*	-267	-1.091	*-0,2%*	*7,6%*	-83
Outras	-387	*-0,1%*	-30	*0,0%*	*1190,0%*	-357	-25	*0,0%*	*1448,0%*	-362
Resultado Financeiro	**-47.109**	***-7,6%***	**-14.636**	***-2,6%***	***221,9%***	**-32.473**	**-35.386**	***-5,4%***	***33,1%***	**-11.723**

As despesas financeiras líquidas totalizaram R$ 47,1 milhões no 1T25, apresentando um aumento de R$ 32,5 milhões em relação às despesas financeiras líquidas no 1T24. Essa variação se deve majoritariamente a:

- Aumento nas Receitas Financeiras de R$ 4,8 milhões em decorrência principalmente de maiores rendimentos de aplicações financeiras em virtude do maior saldo médio de disponibilidades no 1T25;
- Crescimento de R$ 37,2 milhões nas Despesas Financeiras no supracitado comparativo trimestral em decorrência principalmente os seguintes efeitos combinados:
    a) Elevação de juros de debêntures no valor de R$ 20,8 milhões devido aos efeitos da realização da segunda emissão de debêntures em julho de 2024;
    b) Aumento da atualização monetária passiva no valor de R$ 13,1 milhões em virtude principalmente da atualização de provisões judiciais no valor de R$ 2,4 milhões no 1T25 (*versus* estorno de R$ 6,8 milhões no 1T24) e despesas de juros relacionadas à PPP de R$ 1,6 milhão que não ocorreram no 1T24.

2.4. Lucro Líquido e EBITDA

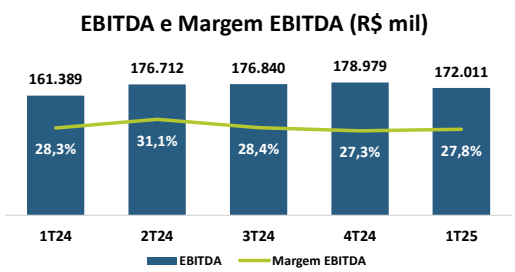
Como resultado da confrontação de Receitas, Custos e Despesas, apresentamos na sequência a apuração do Lucro Líquido e EBITDA em bases de comparativo trimestral e acumulado, com abordagens partindo do Lucro Líquido e da Receita Líquida, respectivamente.

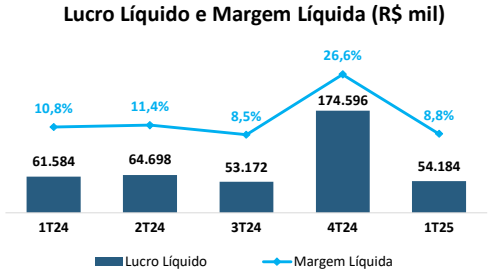
Lucro Líquido e EBITDA (Em R$ mil)

Descrição	1T25	% AV	1T24	% AV	% AH 1T25 x 1T24	Var.Abs 1T25 x 1T24	4T24	% AV	% AH 1T25 x 4T24	Var.Abs 1T25 x 4T24
Lucro Líquido	**54.184**	***8,8%***	**61.584**	***10,8%***	***-12,0%***	**-7.400**	**174.596**	***26,6%***	***-69,0%***	**-120.412**
(-) IRPJ/CSLL	5.842	*0,9%*	23.602	*4,1%*	*-75,2%*	-17.760	-96.179	*-14,7%*	*NA*	102.021
(-) Resultado Financeiro	47.109	*7,6%*	14.636	*2,6%*	*221,9%*	32.473	35.386	*5,4%*	*33,1%*	11.723
(-) D&A - Custos	57.640	*9,3%*	53.148	*9,3%*	*8,5%*	4.492	57.719	*8,8%*	*-0,1%*	-79
(-) D&A - Despesas	7.236	*1,2%*	8.419	*1,5%*	*-14,1%*	-1.183	7.457	*1,1%*	*-3,0%*	-221
EBITDA	**172.011**	***27,8%***	**161.389**	***28,3%***	***6,6%***	**10.622**	**178.979**	***27,3%***	***-3,9%***	**-6.968**

Receita Líquida e EBITDA (Em R$ mil)

Descrição	1T25	% AV	1T24	% AV	% AH 1T25 x 1T24	Var.Abs 1T25 x 1T24	4T24	% AV	% AH 1T25 x 4T24	Var.Abs 1T25 x 4T24
Receita Líquida	**617.852**	***100,0%***	**570.121**	***100,0%***	***8,4%***	**47.731**	**655.275**	***100,0%***	***-5,7%***	**-37.423**
Custos Operacionais	-317.421	*-51,4%*	-306.805	*-53,8%*	*3,5%*	-10.616	-325.720	*-49,7%*	*-2,5%*	8.299
D&A - Custos	57.640	*9,3%*	53.148	*9,3%*	*8,5%*	4.492	57.719	*8,8%*	*-0,1%*	-79
Despesas Operacionais	-193.296	*-31,3%*	-163.494	*-28,7%*	*18,2%*	-29.802	-215.752	*-32,9%*	*-10,4%*	22.456
D&A - Despesas	7.236	*1,2%*	8.419	*1,5%*	*-14,1%*	-1.183	7.457	*1,1%*	*-3,0%*	-221
EBITDA	**172.011**	***27,8%***	**161.389**	***28,3%***	***6,6%***	**10.622**	**178.979**	***27,3%***	***-3,9%***	**-6.968**





2.5. Endividamento

A Dívida Bruta da Companhia totalizou R$ 2.410,8 milhões no 1T25, apresentando um crescimento de 24,6% em relação aos R$ 1.934,3 milhões do 1T24. A seguir, apresentamos o detalhamento e respectivo *breakdown* por agente financiador, exigibilidade, prazo de vencimento e moeda.

Comentário do Desempenho

Comentário do Desempenho 1T25

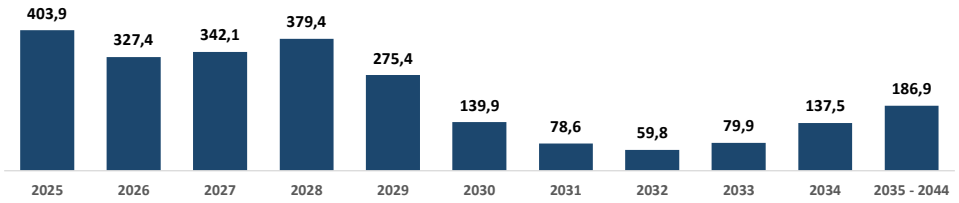
DÍVIDA BRUTA (Em R$ mil)

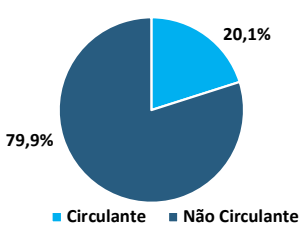
Descrição	1T25	% AV	1T24	% AV	% AH 1T25 x 1T24	Var.Abs 1T25 x 1T24	4T24	% AV	% AH 1T25 x 4T24	Var.Abs 1T25 x 4T24
Moeda nacional										
Debêntures	1.508.580	*62,6%*	880.545	*45,5%*	*71,3%*	628.035	1.548.443	*62,7%*	*-2,6%*	-39.863
BID	142.811	*5,9%*	171.993	*8,9%*	*-17,0%*	-29.182	138.369	*5,6%*	*3,2%*	4.442
BNB	326.963	*13,6%*	269.034	*13,9%*	*21,5%*	57.929	331.057	*13,4%*	*-1,2%*	-4.094
Caixa Econômica Federal	123.359	*5,1%*	125.328	*6,5%*	*-1,6%*	-1.969	124.675	*5,1%*	*-1,1%*	-1.316
BNDES	0	*0,0%*	2.783	*0,1%*	*NA*	-2.783	0	*0,0%*	*NA*	0
Banco Santander	0	*0,0%*	127.363	*6,6%*	*NA*	-127.363	0	*0,0%*	*NA*	0
Votorantim	0	*0,0%*	114.338	*5,9%*	*NA*	-114.338	0	*0,0%*	*NA*	0
Notas Comerciais	33.636	*1,4%*	112.926	*5,8%*	*-70,2%*	-79.290	33.589	*1,4%*	*0,1%*	47
Banco Alfa	125.927	*5,2%*	129.966	*6,7%*	*-3,1%*	-4.039	125.786	*5,1%*	*0,1%*	141
Banco do Brasil	45.535	*1,9%*	0	*0,0%*	*NA*	45.535	65.737	*2,7%*	*-30,7%*	-20.202
Banco ABC	104.007	*4,3%*	0	*0,0%*	*NA*	104.007	100.403	*4,1%*	*3,6%*	3.604
Subtotal em Moeda Nacional	**2.410.817**	***100,0%***	**1.934.276**	***100,0%***	***24,6%***	**476.541**	**2.468.059**	***100,0%***	***-2,3%***	**-57.242**
Dívida Bruta	**2.410.817**	***100,0%***	**1.934.276**	***100,0%***	***24,6%***	**476.541**	**2.468.059**	***100,0%***	***-2,3%***	**-57.242**
Circulante	484.751	*20,1%*	572.364	*29,6%*	*-15,3%*	-87.613	478.213	*19,4%*	*1,4%*	6.538
Não Circulante	1.926.066	*79,9%*	1.361.912	*70,4%*	*41,4%*	564.154	1.989.846	*80,6%*	*-3,2%*	-63.780

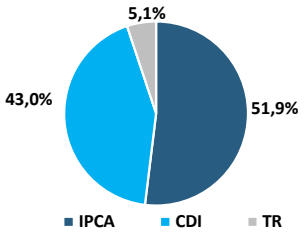
***BREAKDOWN* POR VENCIMENTO**

Descrição (R$ milhões)	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035 - 2044	Total
BID	34,7	27,0	27,0	27,0	27,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	142,8
BNB	26,6	47,0	47,0	47,0	47,0	43,3	25,1	25,1	18,8	0,0	0,0	327,0
Caixa Econômica Federal	9,6	12,7	12,7	12,7	12,4	11,2	10,8	5,8	3,3	3,3	28,9	123,4
Notas Comerciais	33,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	33,6
Banco Alfa	125,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	125,9
Banco do Brasil	45,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	45,5
Banco ABC	37,3	66,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	104,0
Debêntures	90,6	174,0	255,3	292,7	189,0	85,4	42,7	28,9	57,7	134,2	158,1	1.508,6
Total	**403,9**	**327,4**	**342,1**	**379,4**	**275,4**	**139,9**	**78,6**	**59,8**	**79,9**	**137,5**	**186,9**	**2.410,8**

Dívida Bruta 1T25 (R$ milhões e %) – *Breakdown* por vencimento e por indexador







No 1T25, a Dívida Líquida da Companhia totalizou R$ 2.074,8 milhões (aumento de 27,2% ou R$ 444,1 milhões no comparativo 1T25 x 1T24, em função de novas captações de recursos). Em decorrência, o Índice de Alavancagem atingiu 38,10% e a Dívida Líquida por EBITDA LTM resultou em 2,94.

DÍVIDA LÍQUIDA E CAPITALIZAÇÃO (Em R$ mil)

Descrição	1T25	% AV	1T24	% AV	% AH 1T25 x 1T24	Var.Abs 1T25 x 1T24	4T24	% AV	% AH 1T25 x 4T24	Var.Abs 1T25 x 4T24
Dívida Bruta	**2.410.817**	***44,3%***	**1.934.276**	***41,9%***	***24,6%***	**476.541**	**2.468.059**	***46,8%***	***-2,3%***	**-57.242**
(-) Disponibilidades	336.008	*6,2%*	303.523	*6,6%*	*10,7%*	32.485	511.915	*9,7%*	*-34,4%*	-175.907
Dívida Líquida	**2.074.809**	***38,1%***	**1.630.753**	***35,4%***	***27,2%***	**444.056**	**1.956.144**	***37,1%***	***6,1%***	**118.665**
(+) Patrimônio Líquido	3.371.001	*61,9%*	2.980.399	*64,6%*	*13,1%*	390.602	3.317.678	*62,9%*	*1,6%*	53.323
Capitalização	**5.445.810**	***100,0%***	**4.611.152**	***100,0%***	***18,1%***	**834.658**	**5.273.822**	***100,0%***	***3,3%***	**171.988**
Índice de Alavancagem	*38,10%*		*35,37%*		*2,73 p.p.*		*37,09%*		*1,01 p.p.*	
Ebitda LTM	**704.542**		**506.848**		***39,0%***	**197.694**	**693.920**		***1,5%***	**10.622**
Dívida Líquida / Ebitda LTM	**2,94**		**3,22**			**-0,27**	**2,82**			**0,13**

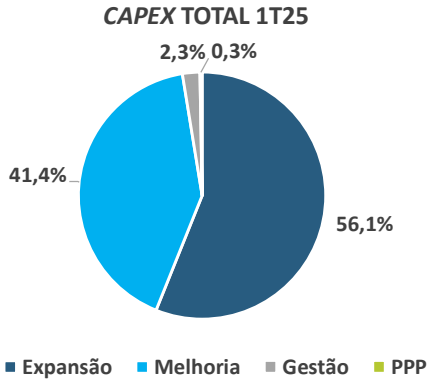
2.6. *Capex*

Nos quadros a seguir, apresentamos os comparativos trimestrais e acumulados do *Capex* por tipo de serviço e natureza. No 1T25, o *Capex* Total atingiu R$ 207,0 milhões (redução de 20,9% em relação aos R$ 261,7 milhões do 1T24).

***CAPEX* (Em R$ mil)**

Descrição	1T25	% AV	1T24	% AV	% AH 1T25 x 1T24	Var.Abs 1T25 x 1T24	4T24	% AV	% AH 1T25 x 4T24	Var.Abs 1T25 x 4T24
ÁGUA	**120.764**	***58,3%***	**127.755**	***48,8%***	***-5,5%***	**-6.990**	**173.016**	***33,7%***	***-30,2%***	**-52.252**
Expansão	64.561	*31,2%*	72.034	*27,5%*	*-10,4%*	-7.473	109.657	*21,3%*	*-41,1%*	-45.096
Melhoria	56.203	*27,2%*	55.721	*21,3%*	*0,9%*	482	63.359	*12,3%*	*-11,3%*	-7.156
ESGOTO	**71.597**	***34,6%***	**89.944**	***34,4%***	***-20,4%***	**-18.347**	**113.799**	***22,1%***	***-37,1%***	**-42.202**
Expansão	45.843	*22,1%*	68.995	*26,4%*	*-33,6%*	-23.152	91.870	*17,9%*	*-50,1%*	-46.027
Melhoria	25.754	*12,4%*	20.949	*8,0%*	*22,9%*	4.805	21.929	*4,3%*	*17,4%*	3.824
ÁGUA/ESGOTO	**9.375**	***4,5%***	**30.947**	***11,8%***	***-69,7%***	**-21.572**	**15.159**	***3,0%***	***-38,2%***	**-5.784**
Expansão	5.668	*2,7%*	28.785	*11,0%*	*-80,3%*	-23.117	9.349	*1,8%*	*-39,4%*	-3.681
Melhoria	3.707	*1,8%*	2.162	*0,8%*	*71,5%*	1.545	5.810	*1,1%*	*-36,2%*	-2.103
GESTÃO	**4.692**	***2,3%***	**13.088**	***5,0%***	***-64,1%***	**-8.396**	**6.181**	***1,2%***	***-24,1%***	**-1.488**
***CAPEX* CAGECE**	**206.428**	***99,7%***	**261.733**	***100,0%***	***-21,1%***	**-55.305**	**308.154**	***60,0%***	***-33,0%***	**-101.726**
***CAPEX* PPP**	**573**	***0,3%***	**0**	***0,0%***	***NA***	**573**	**205.629**	***40,0%***	***-99,7%***	**-205.056**
***CAPEX* TOTAL**	**207.002**	***100,0%***	**261.733**	***100,0%***	***-20,9%***	**-54.732**	**513.783**	***100,0%***	***-59,7%***	**-306.782**

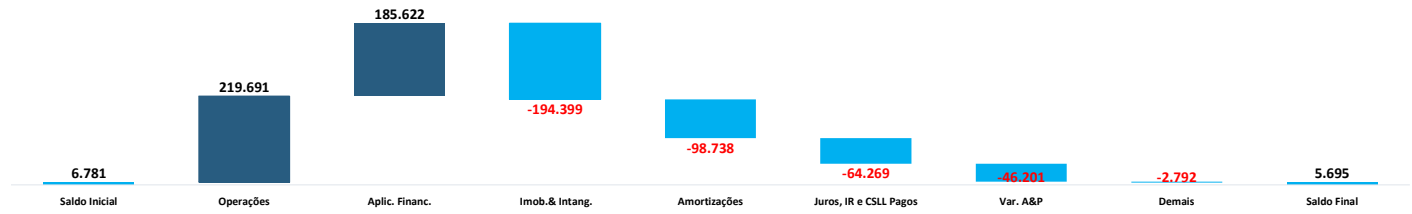
Obs: Os valores de Capex incluem despesas capitalizáveis de juros de financiamento e mão de obra (R$ 32.798 mil – 1T25; R$ 26.558 mil – 1T24; e R$ 45.152 mil – 4T24).



2.7. Fluxo de Caixa

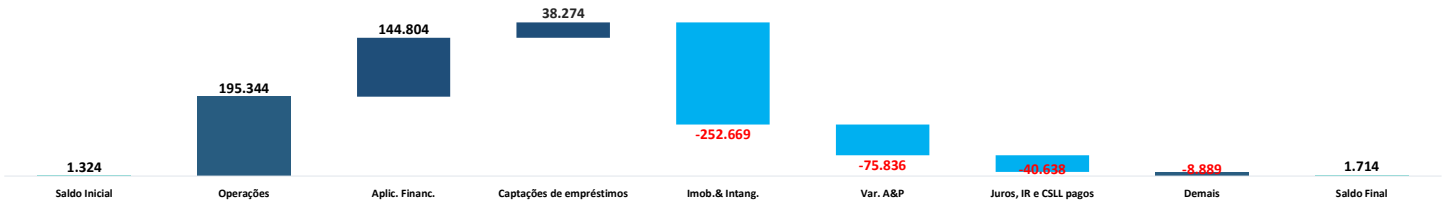
Os gráficos a seguir apresentam a evolução do fluxo de caixa nos comparativos trimestrais.

Fluxo de Caixa - 1T25 (R$ mil)



Obs: "Demais" se refere a rubricas presentes nas Atividades de Financiamento (- R$ 2.792 mil).

Fluxo de Caixa - 1T24 (R$ mil)



Obs: "Demais" se refere a rubricas presentes nas Atividades de Financiamento (- R$ 8.250 mil) e nas Atividades de Investimento (- R$ 639 mil).

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Trimestres findos em 31 de março de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE ("Companhia" ou "CAGECE") é uma sociedade de economia mista de capital aberto, cujo acionista majoritário é o Estado do Ceará. Domiciliada no Brasil, com sede na Avenida Doutor Lauro Vieira Chaves, nº 1.030, na cidade de Fortaleza, no Estado do Ceará.

Criada pela Lei Estadual nº 9.499, de 20 de julho de 1971, com alterações posteriores. Tem por objetivo o serviço público de água e esgotamento sanitário em todo o território do Estado do Ceará, podendo operar diretamente, por subsidiária, ou por pessoa jurídica mediante contrato. Tais serviços são regulados, na capital do Estado do Ceará, pela Autarquia de Regulação, Fiscalização e Controle dos Serviços Públicos de Saneamento Ambiental - ACFOR, e, no interior do Estado do Ceará, pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará - ARCE.

Em 31 de março de 2025, a Companhia atuava em operações de abastecimento de água e/ou operações de esgotamento sanitário em 152 municípios no Estado do Ceará, divididos em três microrregiões: Centro-Norte, Centro-Sul e Oeste. Desses, 151 foram contratualizados de acordo com a Lei nº 11.445/2007, com os prazos das concessões aditados até 06 de outubro de 2055.

O contrato de prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário do município de Cariús não foi aditado pois não houve o interesse pela renovação por parte do poder concedente, porém o mesmo não formalizou o encerramento do contrato bem como a indenização dos ativos e investimentos feitos pela Cagece. Para não interromper a prestação do serviço para a população, a Cagece permanece operando os serviços até que haja alguma deliberação a respeito.

A seguir, estão discriminados os principais contratos e seus respectivos vencimentos:

Municípios	Microregião	Status	Data de vencimento	% de faturamento (*)
Fortaleza	Centro-Norte	Vigente	06/10/2055	53,67
Maracanaú	Centro-Norte	Vigente	06/10/2055	6,05
Caucaia	Centro-Norte	Vigente	06/10/2055	4,91
Juazeiro do Norte	Centro-Sul	Vigente	06/10/2055	4,12
Eusébio	Centro-Norte	Vigente	06/10/2055	1,44
Itaitinga	Centro-Norte	Vigente	06/10/2055	1,33
Itapipoca	Centro-Norte	Vigente	06/10/2055	1,27
Pacatuba	Centro-Norte	Vigente	06/10/2055	1,09
Maranguape	Centro-Norte	Vigente	06/10/2055	1,04
Tianguá	Oeste	Vigente	06/10/2055	0,99

(*) Informação não auditada.

A partir da data 05 de agosto de 2024, a Companhia de Água e Esgoto do Ceará (Cagece) aplicou revisão tarifária de 8,00% às tarifas de água e esgoto praticadas pela Companhia, de forma linear, em todas as categorias de consumo nos municípios operados pela empresa. A revisão foi aprovada pela

Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará (Arce), através da Resolução nº 13/2024.

A revisão leva em consideração o aumento nos custos e a necessidade de garantir o equilíbrio econômico-financeiro da empresa, a operação dos sistemas, bem como manutenção, expansão e melhoria dos serviços prestados à população. Além disso, considera a necessidade de cumprimento das metas pactuadas de universalização, qualidade e continuidade dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, previstos em contrato.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e de acordo com a Norma Internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as Normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

A Companhia considerou as informações do Ofício Circular CVM/SNC/SEP 003 de 28 de abril de 2011, que permite a apresentação de notas explicativas selecionadas, caso haja redundância de informações já divulgadas nas Demonstrações Contábeis Anuais. Portanto, as informações contábeis intermediárias, de 31 de março de 2025 , não incorporam todas as notas e as divulgações exigidas pelas normas para as demonstrações contábeis anuais, devendo ser lidas em conjunto com as Demonstrações contábeis Anuais de 31 de dezembro de 2024, publicadas no Jornal O Povo em 26 de março de 2025.

Nestas informações contábeis intermediárias, as notas explicativas abaixo não são apresentadas ou não estão no mesmo grau de detalhamento das notas integrantes das demonstrações contábeis anuais:

- Nota Explicativa 2: Resumo das principais práticas contábeis;
- Nota Explicativa 3: Principais mudanças nas políticas contábeis;
- Nota Explicativa 22: Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar
- Nota Explicativa 24: Provisão atuarial benefício definido – Plano de saúde.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Trimestres findos em 31 de março de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Todas as informações relevantes às informações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia em sua gestão.

As informações contábeis intermediárias, incluindo os valores inseridos nas Notas Explicativas, estão apresentados em milhares de reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia, exceto aqueles indicados de outra forma.

As presentes informações contábeis intermediárias foram aprovadas pelos membros do Conselho de Administração em 14 de maio de 2025.

3. Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis utilizadas na preparação das informações contábeis intermediárias do trimestre findo em 31 de março de 2025 são consistentes com aquelas utilizadas para preparar as Demonstrações contábeis anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, divulgadas na Nota 2 daquelas demonstrações, publicadas no Jornal O Povo em 26 de março de 2025.

4. Pronunciamentos novos ou alterados

4.1. Novas normas e/ou alteradas, em vigor no exercício corrente

Alterações ao IAS 7 e IFRS 7 - Acordos de financiamento de fornecedores

As alterações à IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa) e à I FRS 7(equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Divulgações) esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores e exigem divulgação adicional de tais acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações visam auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

4.2. Novas normas e/ou alteradas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) -Apresentação de Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do

exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias (*primary financial statements* (PFS)) e das notas explicativas.

Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões.

O IFRS 18 e as alterações nas outras normas são entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.

A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras.

IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS.

O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida.

Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Trimestres findos em 31 de março de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.

A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas.

A ICPC 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-lo a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC.
As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

Em setembro de 2024, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa.
O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras desta Companhia.

5. Gestão de risco financeiro

5.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de taxa de câmbio, risco de taxa de juros, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

(a) Risco de mercado

i) Risco cambial

Não aplicável, visto que a Companhia não possui operações em moedas estrangeiras.

ii) Risco de taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas aos empréstimos e financiamentos e as debêntures.

A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer "*hedge*" contra esse risco, porém monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a necessidade de substituição de suas dívidas.

Em 31 de março de 2025, a Companhia possuía R$ 902.237 (R$ 919.616 em 31 de dezembro de 2024) em empréstimos e financiamentos (Nota Explicativa n°19) e R$ 1.508.580 (R$ 1.548.443 em 31 de dezembro de 2024) em debêntures (Nota Explicativa n° 20), ambos captados a taxa variável de juros(IPCA) e (CDI) distribuídos conforme tabela a seguir:

Banco	Saldo em 31/03/2025	Saldo em 31/12/2024	Taxa Contratual (a.a.)
Caixa Econômica Federal	123.359	124.675	TR+9,23%
Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID	142.810	138.369	Tranche 1: CDI + 1,045% Tranche 2: CDI + 1,175%
Banco do Nordeste	326.963	331.057	(a)
Banco Alfa	125.927	125.786	CDI + 2,55%
Notas Comerciais	33.636	33.589	CDI + 2,45%
Banco do Brasil	45.535	65.737	CDI + 3,40%
Banco ABC	104.007	100.403	CDI + 2,56%

Banco	Saldo em 31/03/2025	Saldo em 31/12/2024	Taxa Contratual (a.a.)
Total de empréstimos e financiamentos	902.237	919.616	
1ª Emissão - Debêntures 1ª série	129.844	201.045	CDI + 2,10%
1ª Emissão -Debêntures 2ª série	655.341	650.745	IPCA + 5,41%
2ª Emissão - Debêntures 1ª série	269.566	258.754	IPCA + 8,19%
2ª Emissão -Debêntures 2ª série	155.495	150.137	CDI + 2,20%
2ª Emissão - Debêntures 3ª série	177.895	171.653	CDI + 2,50%
2ª Emissão -Debêntures 4ª série	120.439	116.109	CDI + 2,90%
Total de debêntures	**1.508.580**	**1.548.443**	

(a) Taxas contratuais apresentadas na nota explicativa 19 item (ii)

Outro risco que a Companhia enfrenta é a não correlação entre os índices de atualização monetária de suas dívidas e das contas a receber. Os reajustes de tarifa de fornecimento de água e tratamento de esgoto não necessariamente acompanham os aumentos dos índices de atualização que afetam as dívidas da Companhia.

A análise de sensibilidade de risco de fluxo de caixa associado com a taxa de juros está demonstrada na Nota Explicativa n° 5.1. (d).

(b) Risco de crédito

Em 31 de março de 2025, a Companhia possuía exposição ao risco de crédito relacionado aos seguintes ativos financeiros: caixa e equivalentes de caixas, aplicações financeiras, depósitos vinculados, contas a receber de clientes e ativo financeiro contratos de concessão.

Com relação ao saldo de caixa e equivalentes de caixas, aplicações financeiras e depósitos vinculados, a Companhia tem como política aplicar seus recursos em instituições financeiras de primeira linha, conforme divulgado nas Notas Explicativas nºs 6 e 7.

Com relação ao saldo de contas a receber, a Companhia tem os seus créditos segmentados da seguinte forma: particulares, órgãos públicos e serviços indiretos:

- **Particulares** - serviços prestados a clientes pessoas físicas e pessoas jurídicas (comerciais, serviços, industriais etc.);
- **Órgãos públicos -** serviços prestados a órgãos nas esferas: municipal, estadual e federal. No tocante aos órgãos estaduais e municipais, o Governo do Estado estabeleceu políticas no sentido de coibir a existência de débitos com a Companhia;
- **Serviços indiretos -** trata-se de serviços relacionados à ligação, corte, religação, acréscimos por impontualidades, conservação e reparos de

hidrômetros, serviços de laboratórios, ampliações, dentre outros.

A Lei nº 14.026 de 15 de julho de 2020, que alterou a Lei nº 11.445 de 05 de janeiro de 2007, onde são estabelecidas as diretrizes nacionais para o saneamento básico, versa em seu artigo 40, inciso V, parágrafo 2º que a Companhia pode interromper os serviços em decorrência do inadimplemento do pagamento das tarifas pelo usuário, desde que tenha transcorrido 30 dias de uma notificação formal onde são comunicados o débito e a possível paralisação do serviço.

De uma forma geral, a Companhia mitiga seus riscos de créditos pela prestação de serviços a uma base de clientes pulverizada e sem concentração definida, que abrange praticamente toda a população do estado do Ceará.

Com relação aos ativos financeiros – contratos de concessão, os riscos relativos são considerados bastante reduzidos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de ser indenizado ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente.

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada, principalmente, de duas formas:

(i) Uma previsão de curtíssimo prazo (até 60 dias) realizada pela Gerência Financeira; e
(ii) Outra de curto prazo (até 365 dias) realizada pela Gerência de Orçamento, a partir da aprovação do orçamento de caixa da Companhia pela Diretoria Colegiada.

A Gerência Financeira acompanha diariamente as previsões de arrecadação e gastos com despesas, custos e investimentos da Companhia, para assegurar que tenha caixa suficiente para o cumprimento das obrigações de curtíssimo prazo. Monitora ainda os valores exigidos em garantia e fluxos de recursos exigidos para o cumprimento dos contratos de financiamentos dos investimentos da Companhia, de modo que atenda às cláusulas contratuais nesses quesitos. De forma complementar, a Gerência de Orçamento acompanha diariamente o impacto no orçamento de caixa decorrente das contratações propostas pelas diversas unidades da Companhia para serviços comuns, serviços de engenharia, materiais e obras. Os impactos extraordinários no orçamento são submetidos à aprovação da Diretoria.

O excesso de caixa é investido em aplicações de curto e longo prazo, dependendo da expectativa de gasto dos recursos, visando melhorar a

eficiência e rentabilidade das aplicações, por meio de fundo de investimentos com carteira composta por títulos de renda fixa públicos federais, indexados a CDI/SELIC ou pré-fixados desde que indexados para CDI/SELIC, ou por operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais.

As linhas de crédito disponíveis para a Companhia referem-se às linhas já utilizadas nos contratos vigentes. Não existem outras linhas de créditos obtidas e não utilizadas.

A tabela a seguir demonstra os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis do exercício
Trimestres findos em 31 de março de 2025
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- **Em 31 de março de 2025**

	Vencimento				
	Menos de 1 ano	**Entre 1 e 2 anos**	**Entre 2 e 5 anos**	**Mais de 5 anos**	**Total**
Empréstimos e financiamentos	328.202	153.439	259.477	161.119	902.237
Fornecedores	266.636	112	-	-	266.748
Incentivo a aposentadoria – PRSP	12.456	12.866	9.349	5.280	39.951
Obrigações com clientes	865	-	-	-	865
Arrendamento mercantil	27.714	5.156	5.756	10.163	48.789
Debêntures	156.549	217.053	628.019	506.959	1.508.580
	792.422	**388.626**	**902.601**	**683.521**	**2.767.170**

- **Em 31 de dezembro de 2024**

	Vencimento				
	Menos de 1 ano	**Entre 1 e 2 anos**	**Entre 2 e 5 anos**	**Mais de 5 anos**	**Total**
Empréstimos e financiamentos	327.806	128.254	258.782	204.774	919.616
Fornecedores	315.414	112	-	-	315.526
Incentivo a aposentadoria – PRSP	12.562	11.562	6.285	2.717	33.126
Obrigações com clientes	973	-	-	-	973
Arrendamento mercantil	39.227	5.658	5.835	3.735	54.455
Debêntures	150.407	170.628	726.017	501.391	1.548.443
	846.389	**316.214**	**996.919**	**712.617**	**2.872.139**

(d) Análise de sensibilidade às taxas de juros

A seguir é apresentada a tabela do demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que possam gerar impactos significativos para a Companhia. O objetivo é demonstrar os saldos dos principais instrumentos financeiros, convertidos a uma taxa projetada para a liquidação final de cada contrato, considerando um cenário provável e, portanto, convertido à valor de mercado (Cenário I), com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III).

Com relação aos ativos financeiros atrelados ao CDI, a Companhia considerou como Cenário I a maior taxa entre a CDI e a SELIC. Como em março de 2025, a primeira representou 14,15% a.a. e a segunda 15,00% a.a., portanto, para o cenário I foi considerada a Selic. Os demais cenários, II e III, consideram um decréscimo da cotação em 25% (9,19% a.a.) e 50% (6,13% a.a.), respectivamente.

Para os passivos financeiros relacionados a empréstimos e financiamentos e debêntures, o cenário I considerou a manutenção dos valores das taxas contratuais apresentadas na Nota Explicativa n° 5.1 (a), no subitem ii e os demais cenários, II e III, consideram um acréscimo da taxa dessas taxas em 25% e 50%, respectivamente.

		31/03/2025		
Instrumentos financeiros	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Ativo financeiro				
Aplicações Financeiras	Redução do indexador	330.313	316.480	307.603
Impacto no resultado		**40.463**	**26.630**	**17.753**
Depósitos Vinculados	Redução do indexador	9.526	9.127	8.871
Impacto no resultado		**1.167**	**768**	**512**
Passivo financeiro				
Empréstimos e financiamentos				
Caixa Econômica Federal	Alta no indexador	123.359	124.892	127.476
Impacto no resultado		**11.386**	**12.919**	**15.503**
Banco do Nordeste	Alta no indexador	326.963	328.621	330.450
Impacto no resultado		**7.487**	**9.145**	**10.974**
Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID	Alta no indexador	142.810	144.522	148.298
Impacto no resultado		**17.168**	**18.881**	**22.657**
Banco Alfa	Alta no indexador	125.927	127.316	130.976
Impacto no resultado		**16.912**	**18.301**	**21.961**
Notas Comerciais	Alta no indexador	33.636	34.010	34.981
Impacto no resultado		**4.484**	**4.858**	**5.829**
Banco do Brasil	Alta no indexador	45.535	46.000	47.393
Impacto no resultado		**6.502**	**6.967**	**8.361**
Banco ABC	Alta no indexador	104.007	105.153	108.178
Impacto no resultado		**13.979**	**15.125**	**18.150**
Debêntures				

1ª Emissão - 1ª série (CDI)	Alta no indexador	129.844	131.323	134.989
Impacto no resultado		**16.854**	**18.333**	**21.999**
1ª Emissão - 2ª série (IPCA)	Alta no indexador	655.341	662.176	671.315
Impacto no resultado		**38.862**	**45.697**	**54.836**
2ª Emissão - 1ª série (IPCA)	Alta no indexador	269.566	272.879	278.237
Impacto no resultado		**23.477**	**26.790**	**32.148**
2ª Emissão - 2ª série (CDI)	Alta no indexador	155.495	157.254	161.674
Impacto no resultado		**20.339**	**22.098**	**26.518**
2ª Emissão - 3ª série (CDI)	Alta no indexador	177.895	179.865	185.019
Impacto no resultado		**23.802**	**25.772**	**30.926**
2ª Emissão - 4ª série (CDI)	Alta no indexador	120.439	121.772	125.262
Impacto no resultado		**16.115**	**17.448**	**20.938**

Os valores expressos acima foram sintetizados. Essa análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre os referidos instrumentos financeiros da Companhia, considerando-se todos os demais indicadores de mercado constantes. Tais valores quando de sua liquidação poderão ser diferentes dos demonstrados, devido às estimativas utilizadas no seu processo de elaboração.

5.2. Gestão do capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, financiamentos e debêntures subtraídos do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida:

	31/03/2025	31/12/2024
Total dos empréstimos e financiamentos (Nota Explicativa nº 19)	902.237	919.616
Total de debêntures (Nota Explicativa nº 20)	1.508.580	1.548.443
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 6)	(5.695)	(6.781)
Menos: aplicações financeiras (Nota Explicativa nº 7)	(330.313)	(505.134)
Dívida líquida	**2.074.809**	**1.956.144**
Total do patrimônio líquido	**3.371.001**	**3.317.678**
Total do capital próprio e de terceiros	**5.445.810**	**5.273.822**

Índice de alavancagem financeira - %	**37,41%**	**37,41%**

5.3. Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes. Para a qualidade de crédito de contrapartes que são instituições financeiras, a Companhia considera o menor *rating* da contraparte divulgada pela agência internacional de *rating* Fitch, conforme política interna de gerenciamento de riscos de mercado:

	31/03/2025	31/12/2024
Conta corrente e depósitos bancários de curto prazo		
BB+(bra)	56	**7**
AA (bra)	652	305.942
AAA (bra)	344.848	231.541
	345.556	537.490

Apresentamos a seguir uma tabela com a avaliação de *rating* das instituições financeiras contrapartes, com as quais a Companhia realizou transações durante o período:

	Fitch
Banco do Brasil S.A.	AAA(bra)
Caixa Econômica Federal	AAA (bra)
Banco Bradesco S.A.	BB+ (bra)
Banco Santander Brasil S.A.	BB+ (bra)
Itaú Unibanco Holding S.A.	AAA (bra)
Banco do Nordeste do Brasil	AA (bra)
Banco Alfa de Investimentos S.A.	Sem rating para Fitch
Banco Votorantim S.A.	Sem rating para Fitch

6. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outras aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, cujos vencimentos originais ou a intenção de realização são inferiores a três meses, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são compostos como demonstrado a seguir:

	31/03/2025	31/12/2024
Bancos conta movimento	5.685	6.763
Bancos conta arrecadação	10	18

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis do exercício
Trimestres findos em 31 de março de 2025
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	5.695	**6.781**

7. Aplicações financeiras

A Companhia possui aplicações financeiras, conforme demonstrado a seguir:

	Tipo	Modalidade	Indexador de referência	31/03/2025	31/12/2024
Banco do Brasil S.A.	FIC Corp. 10 milhões	Renda Fixa	CDI	15	9
Banco do Brasil S.A.	BB FIXA LP CORP. CRED. PRIV.	Renda Fixa	CDI	24.085	71.788
Banco do Brasil S.A.	BB CP LP CCP DEB INCENT	Renda Fixa	CDI	105.282	147.742
Banco do Brasil S.A.	BB RF SD DIFERENCIADO	Renda Fixa	CDI	1.409	23.185
Caixa Econômica Federal	CAIXA FIC GIRO	Renda fica	CDI	61	61
Banco do Nordeste do Brasil	FUNDO DE INVEST. R.F – CP	CDB	CDI	14	56.586
Banco do Nordeste do Brasil	SOBERANO Renda Fixa	CDB	CDI	638	620
Banco do Brasil S.A.	FIC Corp. 600 mil	Renda Fixa	CDI	3	-
Caixa Econômica	INCENTIVA-AP CDB FLX	CDB	CDI	144.985	160.039
Caixa Econômica	APLIC FIC GIRO	Renda Fixa	CDI	5.368	40.456
Caixa Econômica	FIC CP AUTOMATICO	Renda Fixa	CDI	1.039	846
Caixa Econômica	FIC GIRO EMPRESAS	Renda Fixa	CDI	47.414	3.802
				330.313	**505.134**

Essas aplicações financeiras se referem aos valores disponíveis em caixa, utilizados pela Companhia para reinvestir na operação, a fim viabilizar a realização de todas as obrigações de universalização, de manutenção e renovação de ativos.

Esses recursos são absolutamente necessários para a sustentabilidade e continuidade dos serviços públicos prestados e somente são aplicados em contas de investimento até a conclusão dos respectivos processos de utilização dos mesmos, a fim de que se capitalize para maximizar a sua utilização na operação.

Seguem os percentuais CDI atrelados a cada aplicação, considerando as rentabilidades mensais:

		31 de março de 2025		
Banco	Tipo	Rentabilidade do fundo	Rentabilida de CDI	Comparativo
Banco do Brasil S.A.	FIC Corp. 10 milhões	1,0241%	0,9640%	106,2344%
Banco do Brasil S.A.	BB FIXA LP CORP. CRED. PRIV	1,0714%	0,9640%	111,1411%
Banco do Brasil S.A.	BB CP LP CCP DEB INCENT	1,0714%	0,9640%	111,1411%
Banco do Brasil S.A.	BB RF SIMP SOLIDEZ	0,9055%	0,9640%	93,9315%
Banco do Brasil S.A.	BB RF SIM SD DIFERENCIAD	0,9060%	0,9640%	93,9834%
Caixa Econômica Federal	FIC CP Automático	0,8135%	0,9640%	84,3880%
Caixa Econômica Federal	APLIC FIC GIRO TURQUESA 981-3	0,9504%	0,9640%	98,5892%
Caixa Econômica Federal	CAIXA FIC GIRO EMPRESAS RF REF DI L	0,9191%	0,9640%	95,3423%
Banco do Nordeste do Brasil	BNB-FI RF CDB	0,7866%	0,9640%	81,5975%
Banco do Nordeste do Brasil	BNB-SOBERANO FI RENDA FIXA	0,9438%	0,9640%	97,9046%

A diferença entre os saldos dos extratos bancários e os valores divulgados em “Aplicações Financeiras” no Balanço Patrimonial, no valor de R$ 1.051, decorre de bloqueios judiciais de valores que estão reconhecidos na conta “Bloqueios Judiciais” no Balanço Patrimonial, por serem valores que não estão disponíveis para a Companhia, por força de ordens judiciais, mas permanecem nos saldos

dos extratos bancários. Os demais bloqueios judiciais no valor de R$ 2 não estão nos saldos dos extratos bancários e, por isso, não geram diferenças com os de aplicações financeiras divulgados no Balanço Patrimonial.

8. Depósitos vinculados

	31/03/2025	31/12/2024
Bancos conta vinculada	22	6.537
Aplicações financeiras vinculadas	9.526	19.038
	9.548	25.575

Em 31 de março de 2025, os depósitos vinculados estão representados substancialmente pelos recursos recebidos através de convênios firmados, principalmente, com o Governo do Estado do Ceará, para realização dos investimentos nos sistemas de água e esgoto nos diversos municípios em que a Companhia atua. Tais valores são vinculados às respectivas obras e apenas aguardam o fluxo de pagamento.

9. Contas a receber de clientes

	31/03/2025	31/12/2024
Particulares	843.742	811.379
Órgãos públicos	48.783	38.551
Serviços indiretos	72.837	70.965
Serviços prestados a faturar	136.045	162.367
	1.101.407	1.083.262
Agentes arrecadadores **(a)**	3.194	4.321
(-) Provisão para Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa **(b)**	(599.480)	(577.487)
	(596.286)	(573.166)
Total contas a receber de clientes circulante	505.121	510.096
Particulares	692	872
Serviços indiretos	212	238
Total contas a receber de clientes não circulante	904	1.110
	506.025	511.206

Composição das contas a receber de clientes por período de vencimento:

	31/03/2025	31/12/2024
A vencer	359.778	378.570
Vencidos		
1 a 30 dias	73.272	69.526
31 a 60 dias	30.961	27.998
61 a 90 dias	18.861	14.259
91 a 180 dias	38.769	34.540
mais de 181 dias	580.670	559.479
	1.102.311	1.084.372

(a) Agentes arrecadadores

Os valores registrados na rubrica "Agentes arrecadadores" referem-se aos numerários recebidos dos clientes, pelas instituições financeiras e, ainda não repassados à Companhia, em decorrência do tempo de espera firmado nos contratos com essas instituições.

(b) Provisão para Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa

A provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD) é constituída com base nos valores a receber dos consumidores, segregados por classes (cliente residencial, comercial, industrial e público). Considera também, uma análise coletiva e/ou individual, baseando-se na experiência histórica da Administração em relação a arrecadação. No que tange à abordagem coletiva, a Companhia utilizou uma matriz de provisão, conforme previsto na norma, que reflete a experiência de perda de crédito histórica para classe que foi agrupada. A matriz de provisão estabelece percentuais dependendo do *aging* das contas a receber. Na abordagem individual, a Companhia considerou o comportamento específico de determinados clientes em função do histórico de inadimplência e as informações disponíveis sobre as contrapartes.

A provisão para perdas de crédito estimada apresenta a seguinte movimentação:

	31/03/2025	31/03/2024
Saldos iniciais	**(577.487)**	**(502.263)**
Constituição	**(55.004)**	(44.010)
Reversão **(i)**	**33.011**	25.904
Saldos finais	**(599.480)**	**(520.369)**

(i) Em 31 de março de 2025, o saldo de reversão de R$ 33.011 está representado, principalmente, por recebimentos e renegociações nos montantes de R$ 15.031 e R$ 17.980, respectivamente.

10. Depósitos vinculados a garantias

	31/03/2025	31/12/2024
Banco do Brasil S.A.	**5.074**	4.897
Caixa Econômica Federal	**68.523**	64.126
Banco do Nordeste do Brasil S.A.	**24.962**	24.253
	98.559	**93.276**

Os depósitos efetuados no Banco do Brasil correspondem a conta reserva no valor de R$ 5.074 (R$ 4.897 em 31 de dezembro de 2024), dada como garantia do cumprimento integral das obrigações presentes e futuras decorrentes do contrato de financiamento junto ao Banco do Brasil S.A. Aqueles depositados na Caixa Econômica Federal e Banco do Nordeste referem-se a aplicações de

valores dados como garantias nos contratos de financiamentos junto a essas instituições financeiras.

Dos saldos de depósitos efetuados na Caixa Econômica Federal, os montantes de R$ 40.820 (R$ 39.651 em 31 de dezembro de 2024) referem-se ao Contrato de Parceria Pública-Privada (PPP) para a construção e operação da Usina de Dessalinização, que prevê o depósito de valores em forma de garantia. Adicionalmente, o montante de R$ 23.931 (R$ 20.815 em 31 de dezembro de 2024) refere-se a garantia da PPP de esgoto. Além desses montantes, o saldo de R$ 3.772 refere-se aos montantes de cauções (R$ 3.660 em 31 de dezembro de 2024).

O montante total dos depósitos efetuados no Banco do Nordeste do Brasil S.A. é relativo às garantias dos financiamentos junto a essa instituição, sendo o valor de R$ 10.337 referente ao primeiro contrato e R$ 14.625 ao segundo (R$ 10.043 e R$ 14.210, respectivamente, em 31 de dezembro de 2024).

11. Ativos financeiros - contratos de concessão

De acordo com a nota técnica 274 de 24 de julho de 2020, emitida pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará – ARCE, o sistema de tarifação para o abastecimento de água e esgotamento sanitário apresenta-se em ciclos tarifários de 4 anos, sendo 3 de reajustes e 1 de revisão.

A base dos reajustes/revisões tarifárias é a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da Companhia, considerando tanto os investimentos efetuados, como sua estrutura de custos e despesas. A cobrança pelos serviços ocorre diretamente dos usuários, tendo como base o volume de água consumido e esgoto coletado multiplicado pela tarifa autorizada.

A parcela dos investimentos realizados e não amortizados até o final das concessões é classificada como ativo financeiro. Trata-se de um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente, decorrente da aplicação das interpretações técnicas ICPC 01 - (R1) Contrato de Concessão, ICPC 17 - Contrato de Concessão: Evidenciação e da Orientação Técnica OCPC 05 - Contrato de Concessão.

A Companhia possui, em 31 de março de 2025, R$ 8.075 (R$ 7.276 em 31 de dezembro de 2024) como ativo financeiro indenizável (municípios), referentes ao montante esperado de recebimento ao final das concessões.

O saldo de ativo financeiro foi ajustado ao respectivo valor presente no reconhecimento inicial, tendo sido descontado pela taxa média ponderada de

custo de capital - WACC, atrelado ao respectivo contas a receber. A receita por atualização do ativo financeiro no período findo em 31 de março de 2025 é R$ 231 (despesa de R$ 138 no mesmo período de 2024).

O ativo financeiro apresenta a seguinte movimentação:

	31/12/2024	Capitalização ativo financeiro	Atualização do ativo financeiro	31/03/2025
Ativo financeiro	7.947	599	251	8.798
(-) Obrig. Especiais - Ativo financeiro	(671)	(32)	(20)	(723)
	7.276	**568**	**231**	**8.075**

	31/12/2023	Capitalização ativo financeiro	Atualização do ativo financeiro	31/03/2024
Ativo financeiro	4.830	118	150	5.098
(-) Obrig. Especiais - Ativo financeiro	(368)	(90)	(12)	(470)
	4.462	**28**	**138**	**4.628**

A taxa WACC utilizada para trazer a valor presente o ativo financeiro foi de 14,993%.

As concessões da Companhia, com exceção do Município de Fortaleza, não são onerosas, dessa forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. Para o Município de Fortaleza, a Companhia assumiu o compromisso de pagar mensalmente à Prefeitura pelo direito de exploração da concessão, o equivalente a 1,5 % sobre o faturamento mensal direto de água e esgoto do Município.

Os valores dos ativos financeiros de concessão são adicionados aos valores do intangível, para fins de controle patrimonial (inventário físico). A segregação dos investimentos da concessão em ativo financeiro e ativo intangível é realizada em atendimento ao disposto na Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de concessão e em conformidade com a Orientação Técnica OCPC 05 - Contrato de Concessão.

As “Obrigações especiais” representam os recursos relativos à participação financeira do consumidor (não cobrada por meio de tarifas), das dotações orçamentárias da União, verbas federais, estaduais e municipais e de créditos especiais destinados aos investimentos vinculados à concessão, em conformidade com a Orientação Técnica OCPC 05 - Contrato de Concessão. Essas obrigações especiais não são contempladas no valor dos bens para fins de controle patrimonial (inventário físico).

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis do exercício
Trimestres findos em 31 de março de 2025
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Estoques de materiais

	31/03/2025	31/12/2024
Almoxarifado Administrativo **(a)**	1.497	1.578
Almoxarifado Tecnico **(b)**	33.294	36.847
(-) Prv P/ Red Vlr Mercado	(197)	(196)
(-) Prv P/ Perdas	(32)	(32)
Materiais Em Poder De Terceiros	96	96
Total Estoque (Ativo Circulante)	**34.658**	**38.293**

Sendo assim, o total do inventário de materiais da Companhia é composto pelo somatório dos saldos de materiais administrativos e técnicos, divulgados nos itens a e b do quadro acima, adicionado do saldo de materiais para investimentos, divulgado na linha de Materiais para investimentos - Estoque de obras, do quadro da nota explicativa 15 perfazendo o montante de R$ 200.045.

13. Investimento

	31/03/2025	31/12/2024
VSA - Tratamento de Efluentes e Utilidades Industriais S.A. **(a)**	17.655	18.342
Utilitas Pecém - Utilidades Industriais do Pecém S.A. **(b)**	1.868	1.927
Sane Energia S.A. **(c)**	1.613	1.627
	21.136	**21.896**

(a) VSA - Tratamento de Efluentes e Utilidades Industriais S.A.

A VSA – Tratamento de Efluentes e Utilidades Industriais S.A. foi constituída em 29 de janeiro de 2020 em conjunto com a Vicunha Serviços Ltda. A investida tem como atividade a prestação de serviços privados de coleta, transporte, tratamento e disposição de efluentes industriais, bem como a produção e distribuição de água industrial e de reuso de água não potável. Conforme instrumento particular de contrato de associação e outras avenças, a Companhia detém 49% de ações ordinárias e a Vicunha detém 51% das ações ordinárias da VSA. Cada ação dá direito a 1 voto nas deliberações das assembleias, não tendo a Cagece, portanto, controle sobre a investida.

(b) Utilitas Pecém - Utilidades Industriais do Pecém S.A.

A Utilitas Pecém - Utilidades Industriais do Pecém S.A. foi constituída em 08 de janeiro de 2014 em conjunto com a Pb Construções Ltda. A investida apresenta como atividade principal a projeção, implantação e prestação de serviços de tratamento e fornecimento de Água Industrial, coleta, tratamento e disposição de esgoto industrial e de resíduos sólidos industriais, e/ou tratamento complementares e negócios conexos relacionados a utilidades industriais no Complexo Industrial e Portuário do Pecém no Estado do Ceará. A Cagece detém 15% de ações ordinárias nominativas e a PB Construções detém 85% das ações ordinárias nominativas da Utilitas Pecém. Cada ação dá direito a 1 voto nas deliberações das assembleias, não tendo a Cagece, portanto, controle sobre a investida.

(c) Sane Energia S.A.

A Sane Energia S.A. foi constituída em 29 de março de 2023 em conjunto com a Goener Participações S/A. A investida apresenta como objetivo a geração e distribuição de energia, gestão de utilidades e eficiência energética, visando introduzir a Companhia no mercado de energia elétrica, na condição de geradora de energia a partir de matrizes renováveis tanto para seu autoconsumo, quanto para fornecimento de energia à sua base de clientes, bem como intensificar as práticas de ESG da Companhia, atendendo também à sua própria Política

Ambiental. A Cagece detém 15% das ações ordinárias nominativas e a Goener Participações S/A detém 85% das ações ordinárias nominativas da Sane Energia. Cada ação dá direito a 1 voto nas deliberações das assembleias, não tendo a Cagece, portanto, controle sobre a investida.
Seguem informações das Empresas, em 31 de março de 2025:

	VSA - Tratamento de Efluentes e Utilidades Industriais S.A.	Utilitas Pecém - Utilidades Industriais do Pecém S.A.	SANE Energia S.A.
Ativo	75.933	16.428	22.053
Passivo	39.903	3.972	991
Patrimônio líquido	37.433	10.087	21.155
Resultado	(1.403)	2.369	(93)

Segue a movimentação dos investimentos, do período:

	VSA - Tratamento de Efluentes e Utilidades Industriais S.A.	Utilitas Pecém - Utilidades Industriais do Pecém S.A.	SANE Energia S.A.	Total
Saldo em 31/12/2024	**18.342**	**1.927**	**1.627**	**21.896**
Aporte de capital	-	-	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	(687)	(59)	(14)	(760)
Outras mutações	-	-	-	-
Saldo em 31/03/2025	**17.655**	**1.868**	**1.613**	**21.136**
Saldo em 31/12/2023	**19.960**	**795**	**565**	**21.320**
Aporte de capital	-	-	639	639
Resultado de equivalência patrimonial	(74)	239	(28)	137
Outras mutações	-	(633)	28	(605)
Saldo em 31/03/2024	**19.886**	**401**	**1.204**	**21.491**

14. Imobilizado

	31/03/2025			31/12/2024
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado administrativo				
Ativo de arrendamento	162.370	(128.746)	33.624	42.822
Edificações	35.161	(9.522)	25.639	25.889
Computadores e periféricos	25.954	(15.988)	9.966	10.372
Máquinas e equipamentos	24.256	(7.701)	16.555	16.435
Terrenos	14.249	-	14.249	14.249
Móveis e utensílios	16.355	(9.300)	7.055	7.172
Instalações	1.000	(380)	620	641
Veículos	7.383	(4.870)	2.513	2.735
Ferramentas	223	(153)	70	71
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2.208	(614)	1.594	1.649
	289.159	**(177.274)**	**111.885**	**122.035**

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis do exercício
Trimestres findos em 31 de março de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O imobilizado apresenta a seguinte movimentação:

	31/12/2024	Adições	Baixa	Transferência	Depreciação	31/03/2025
Ativo de arrendamento	42.822	7.729	(9.024)	-	(7.903)	33.624
Edificações	25.889	-	-	-	(250)	25.639
Computadores e periféricos	10.372	66	(12)	384	(844)	9.966
Máquinas e equipamentos	16.435	3	(21)	646	(508)	16.555
Terrenos	14.249	-	-	-	-	14.249
Móveis e utensílios	7.172	3	(14)	159	(265)	7.055
Instalações	641	-	-	-	(21)	620
Veículos	2.735	-	1	-	(223)	2.513
Ferramentas	71	5	-	2	(8)	70
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.649	-	-	-	(55)	1.594
	122.035	**7.806**	**(9.070)**	**1.191**	**(10.077)**	**111.885**

	31/12/2023	Adições	Baixa	Transferência	Depreciação	31/03/2024
Ativo de arrendamento	81.515	9.019	(16.376)	-	(9.178)	64.980
Edificações	18.161	-	-	7.019	(177)	25.003
Computadores e periféricos	10.398	601	-	692	(796)	10.895
Máquinas e equipamentos	8.798	658	-	729	(297)	9.888
Terrenos	14.249	-	-	-	-	14.249
Móveis e utensílios	6.835	-	-	278	(238)	6.875
Instalações	734	-	-	-	(25)	709
Veículos	1.597	1.255	-	-	(108)	2.744
Ferramentas	41	-	-	10	(4)	47
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.870	-	-	-	(55)	1.815
	144.198	**11.533**	**(16.376)**	**8.728**	**(10.878)**	**137.205**

A seguir, demonstramos a vida útil de cada grupo de ativos.

	Vida útil (anos)
Computadores e periféricos	5 a 10
Edificações	20 a 67
Ferramentas	10
Máquinas, aparelhos e equipamentos	5 a 10
Móveis e utensílios	10
Instalações	10
Veículos	5
Ativo de arrendamento	Prazo do contrato
Benfeitorias em imóveis de terceiros	Prazo do contrato

Ressalta-se que a vida útil remanescente corresponde ao período de tempo esperado em que um bem poderá ser utilizado de maneira satisfatória, tanto econômica como funcional.

Os ativos que são objeto de operações de arrendamento (direito de uso) através de contrato que transfere o direito de usar um ativo por um período de tempo, em troca de contraprestação, são reconhecidos no imobilizado, por força da aplicação da norma contábil CPC 06 (R2) – Arrendamentos. Esses ativos não estão contemplados no inventário de bens imobilizados da Companhia e são controlados por meio dos contratos.

O total dos estoques físicos de bens móveis da Companhia é composto pelo somatório dos saldos das contas: Computadores e periféricos, Máquinas e equipamentos, Móveis e utensílios, Veículos e Ferramentas, e; de bens imóveis, pelo somatório dos saldos das contas: Edificações, Terrenos, Instalações e Benfeitorias em imóveis de terceiros.

15. Ativo de contrato

	31/12/2024	Adição (b)	Baixa	Transferências	31/03/2025
Contratos de concessão	1.638.695	178.490	-	(27.988)	1.789.197
(-) Obrig especiais - Intangível em andamento	(112.790)	(1.886)	-	-	(114.676)
Materiais para investimentos - Estoque de obras(a)	168.390	25.261	(7.354)	(21.044)	165.253
(-) Obrig Especiais - Estoque de obras (a)	(14.653)	-	-	-	(14.653)
Materiais em processo e provisões – estoque de obras (a)	(597)	(208)	-	165	(640)
	1.679.045	**201.657**	**(7.354)**	**(48.867)**	**1.824.481**

	31/12/2023	Adição (b)	Baixa	Transferências	31/03/2024
Contratos de concessão	1.260.759	226.961	-	(63.166)	1.424.554
(-) Obrig especiais - Intangível em andamento	(146.710)	-	-	-	(146.710)
Materiais para investimentos - Estoque de obras (a)	194.922	23.769	(7.093)	(21.523)	190.075
(-) Obrig Especiais - Estoque de obras (a)	(14.653)	-	-	-	(14.653)

Materiais em processo e provisões – estoque de obras (a)	(732)	451	-	(450)	(731)
	1.293.586	**251.181**	**(7.093)**	**(85.139)**	**1.452.535**

(a) A composição destes montantes apresenta o saldo líquido do Estoque de obra

(b) Adição

	Adições no período de janeiro a março de 2025	Adições no período de janeiro a março de 2024
Contratos de expansão	13.843	16.848
Contratos de obras	144.066	174.554
Obrigações especiais	(1.886)	-
Estoques de obras	25.261	24.220
Outras adições	20.373	35.559
	201.657	**251.181**

As adições ao ativo de contrato estão representadas substancialmente pelas aquisições de materiais, de janeiro a março de 2025 representaram R$ 25.053 (R$ 24.220 no mesmo período de 2024), pelos custos de serviço das expansões e execuções de obras, sendo as principais as que seguem:

(i) Substituição de rede de distribuição, ramais de ligação e adutoras de água tratada em cimento amianto e com vida útil comprometida nas unidades de negócio do interior;
(ii) Ampliação do sistema de esgotamento sanitário das sub-bacias CE- 07, CE-08, CE-09 e Estação de Tratamento de Esgoto Cocó, em Fortaleza-CE;
(iii) Ampliação do sistema integrado de abastecimento de água tratada das cidades de Horizonte, Pacajus e Chorozinho, incluindo também os distritos de Queimadas (Horizonte) e Triângulo (Chorozinho), no Estado do Ceará;
(iv) Reabilitação de Rede de Esgoto, Por Mét. Não Dest. (MND) - CIPP por Cura Ultravioleta (UV) do Interceptor Leste (I.L);
(v) Execução de Melhorias, Ampliação e Implantação de Distrito de Medição de Controle.

16. Intangível

	31/03/2025			31/12/2024
	Custo	Amortização Acumulada	Líquido	Líquido
Concessão - água e esgoto	4.631.667	(1.619.010)	3.012.657	3.015.968
(-) Obrig. especiais - Concessão - água e esgoto	(535.576)	132.148	(403.428)	(410.201)
Concessão - PPP	1.807.262	(486.166)	1.321.096	1.334.546
(-) Obrig especiais - Concessão - PPP	(139.975)	26.686	(113.289)	(114.380)
	5.763.378	**(1.946.342)**	**3.817.036**	**3.825.933**

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis do exercício
Trimestres findos em 31 de março de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Softwares	58.673	(17.512)	41.161	39.235
Outorga - município de Maracanaú	10.000	(2.331)	7.669	7.752
Outorga - município de Juazeiro do Norte	2.400	(1.611)	789	807
Outorga - município de Frecheirinha	226	(143)	83	85
	71.299	**(21.597)**	**49.702**	**47.879**
	5.834.677	**(1.967.939)**	**3.866.738**	**3.873.812**

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis do exercício
Trimestres findos em 31 de março de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O intangível apresenta a seguinte movimentação:

	31/12/2024	Adições	Baixa	Transferência	Amortização	Ativo financeiro (adições e baixas)	31/03/2025
Concessão – água e esgoto	3.015.968	70	(2.376)	47.281	(47.816)	(470)	3.012.657
(-) Obrig. especiais – Concessão – água e esgoto	(410.201)	-	143	55	6.575	-	(403.428)
Concessão - PPP	1.334.546	573	(533)	315	(13.700)	(105)	1.321.096
(-) Obrig especiais - Concessão - PPP	(114.380)	-	-	25	1.059	7	(113.289)
Softwares	39.235	2.740	-	-	(814)	-	41.161
Outorga – município de Maracanaú	7.752	-	-	-	(83)	-	7.669
Outorga – município de Juazeiro do Norte	807	-	-	-	(18)	-	789
Outorga – município de Frecheirinha	85	-	-	-	(2)	-	83
	3.873.812	**3.383**	**(2.766)**	**47.676**	**(54.799)**	**(568)**	**3.866.738**

	31/12/2023	Adições	Baixa	Transferência	Amortização	Ativo financeiro (adições e baixas)	31/03/2024
Concessão – água e esgoto	2.854.664	2.158	(1.054)	76.375	(47.232)	(83)	2.884.828
(-) Obrig. especiais – Concessão – água e esgoto	(398.586)	(70)	334	-	6.500	90	(391.732)
Concessão - PPP	851.526	-	-	41	(10.007)	(40)	841.520
(-) Obrig especiais - Concessão - PPP	(100.204)	-	-	(5)	922	5	(99.282)
Softwares	23.359	5.878	-	-	(769)	-	28.468
Outorga – município de Maracanaú	8.085	-	-	-	(83)	-	8.002
Outorga – município de Juazeiro do Norte	880	-	-	-	(18)	-	862
Outorga – município de Frecheirinha	94	-	-	-	(2)	-	92
	3.239.818	**7.966**	**(720)**	**76.411**	**(50.689)**	**(28)**	**3.272.758**

A amortização da infraestrutura necessária para a operação das concessões leva em conta a vida útil dos ativos com base em estimativas feitas por técnicos. Dessa forma, os valores não amortizados dentro da concessão estão sendo considerados como ativo financeiro, em virtude de cláusula indenizatória existente nos contratos de concessão, conforme evidenciado na Nota Explicativa nº 10.

A vida útil dos ativos da Companhia foi estimada por técnicos da empresa contratada, juntamente com os técnicos da Companhia que informaram a durabilidade de cada bem. Além disso, foram realizadas pesquisas de mercado sobre a vida útil dos bens em empresas semelhantes à Companhia.

As "Obrigações especiais" representam os recursos relativos à participação financeira do consumidor (não cobrada por meio de tarifas), das dotações orçamentárias da União, verbas federais, estaduais e municipais e de créditos especiais destinados aos investimentos vinculados à concessão, em atendimento ao item 79 da Orientação Técnica OCPC 05 - Contrato de Concessão. Essas obrigações especiais não são contempladas no valor dos bens para fins de controle patrimonial (inventário físico).

(a) Parceria público-privada

No dia 14 de julho de 2022, a Companhia publicou o Edital da Concorrência Pública Internacional para a celebração de uma Parceria Público-Privada (PPP) visando a concessão administrativa dos serviços necessários para universalização do esgotamento sanitário no Estado do Ceará em 24 municípios que fazem parte das Regiões Metropolitanas de Fortaleza e do Cariri. Segue listagem dos municípios que estão abrangidos pelo edital:

Bloco 1: Aquiraz, Cascavel, Chorozinho, Eusébio, Guaiuba, Horizonte, Itaitinga, Maracanaú, Maranguape, Pacajus, Pacatuba, Barbalha, Farias Brito, Juazeiro do Norte, Missão Velha, Nova Olinda e Santana do Cariri;
Bloco 2: Fortaleza, Caucaia, Paracuru, Paraipaba, São Gonçalo do Amarante, São Luís do Curu e Trairi.

No dia 27 de setembro de 2022 foi realizado leilão na B3 para a Concorrência Pública nº 2022002 ("Licitação"), que teve por objeto a concessão administrativa dos serviços necessários para universalização do esgotamento sanitário no Estado do Ceará e a Empresa arrematante do leilão com a melhor proposta para os dois Blocos foi a Aegea Saneamento e Participações S.A.("Aegea").

Para assinar os contratos e atender os requisitos do Edital, a Aegea Saneamento e Participações S.A., criou duas Sociedades de Propósito Específico-SPE, uma para cada bloco.

Em 02 de fevereiro de 2023, foi homologado o contrato com a empresa Ambiental Ceará 1 SPE S.A, relativo ao bloco 1 no valor total de R$ 7.651.999, um valor que obteve desconto de 27,92% em relação ao lance inicial.

Em 15 de maio de 2023, foi homologado o contrato relativo ao Bloco 2. O valor total do contrato assinado com a Ambiental Ceará 2 SPE S.A. é de R$ 11.375.999, tendo alcançado um desconto de 37,86% em relação ao valor inicialmente proposto.

O período de operação assistida para os municípios do bloco 1 foi encerrado em 30 de maio de 2023, quando foi assinado o Termo de Transferência do Sistema, passando a Ambiental Ceará 1 SPE S.A. a operar os sistemas de esgotamento sanitário nos 17 municípios do Bloco. Já o período de operação assistida da Ambiental Ceará 2 SPE S.A encerrou em 14 de setembro de 2023, com a assinatura do Termo de Transferência do Sistema e operação definitiva dos sistemas de esgotamento sanitário nos 7 municípios do Bloco 2.

Consequentemente, os bens intangíveis relacionados a concessão de esgotamento sanitário dos municípios dos blocos 1 e 2 foram transferidos.

No Bloco 1, a Ambiental Ceará 1 SPE S.A. até março de 2025 concluiu e disponibilizou para operação investimentos no montante de R$ 230,7 MM, nos 17 municípios que compõem o Bloco 1.

No Bloco 2, a Ambiental Ceará 2 SPE S.A. até março de 2025 concluiu e disponibilizou para operação investimentos no montante de R$ R$ 73,2 MM, nos 7 municípios que compõe o Bloco 2.

As “Obrigações especiais” representam os recursos relativos à participação financeira do consumidor (não cobrada por meio de tarifas), das dotações orçamentárias da União, verbas federais, estaduais e municipais e de créditos especiais destinados aos investimentos vinculados à concessão, em atendimento ao item 79 da Orientação Técnica OCPC 05 - Contrato de Concessão. Essas obrigações especiais não são contempladas no valor dos bens para fins de controle patrimonial (inventário físico).

17. Fornecedores

	31/03/2025	31/12/2024
Serviços e locações	182.846	199.618
Material	38.712	44.706
Obras	37.817	65.399
Outros	7.373	5.803

Saldo final	**266.748**	**315.526**
Circulante	266.636	315.414
Não circulante	112	112

Os saldos de fornecedores referem-se às contas a pagar para os fornecedores de obras, materiais ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

O principal saldo de fornecedores é relativo a serviços e locações. Em 31 de março de 2025, estes podem ser divididos em serviços de terceirização de mão de obra no total de R$ 54.784 (R$ 63.059 em 31 de dezembro de 2024), demais serviços e locações no montante de R$ 125.581 (R$ 136.559 em 31 de dezembro de 2024).

18. Passivo de arrendamento

	31/03/2025	31/12/2024
Circulante	27.714	39.227
Não circulante	21.075	15.228

Os passivos de arrendamento apresentam a seguinte movimentação:

	01/01/2025 a 31/03/2025	01/01/2024 a 31/03/2024
Saldo inicial	**54.455**	**87.286**
Acréscimo	7.729	9.019
Amortizações (principal e juros)	(5.599)	(7.742)
Baixas	(9.024)	(16.376)
Juros incorridos	1.228	1.709
Saldo final	**48.789**	**73.896**

Os principais contratos de arrendamento são decorrentes de contratos de locação de veículos para atendimento a frota da Companhia em todo o Estado, com vencimento em agosto de 2025, com saldo a pagar em 31 de março de 2025 de R$ 18.926.

19. Empréstimos e financiamentos

	31/03/2025	31/12/2024
Moeda nacional		
Caixa Econômica Federal **(i)**	123.359	124.675
Banco do Nordeste (ii)	326.963	331.057
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID **(iii)**	142.810	138.369
Banco Alfa (iv)	125.927	125.786
Notas Comerciais (v)	33.636	33.589
Banco do Brasil (vi)	45.535	**65.737**

Banco ABC (vii)	104.007	**100.403**
	902.237	**919.616**
Circulante	328.202	327.806
Não circulante	574.035	591.810

(i) Caixa Econômica Federal

Em 31 de março de 2025, existiam 21 contratos vigentes com a caixa, divididos da seguinte forma:

a) 14 contratos destinados à ampliação e melhoria da cobertura dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e elaboração de estudos e projetos. Sujeitos a encargos financeiros que correspondem a juros de TR + 9,23% a.a., com o pagamento da última parcela previsto para 2032. Foram oferecidas como garantias as arrecadações decorrentes da receita de abastecimento de água e da prestação de serviços de esgotamento sanitário correspondentes a cada município favorecido com recurso, no valor da dívida atualizada em cada data-base.

b) 9 contratos relativos ao projeto Avançar, destinados à execução de obras e serviços em diversos municípios, com interveniência do Estado do Ceará no âmbito do programa saneamento para todos. As liberações do primeiro trimestre de 2025 referentes a esses contratos somou R$ 821 mil. No dia 20/03/2025 houve a liquidação antecipada de dois contratos 0520.636-91 e 050.646-15, restando ativos 07 contratos.

Dos 21 contratos vigentes com a Caixa Econômica Federal, 7 apresentam dentre outros requisitos previstos no contrato de financiamento, a obrigatoriedade da manutenção dos seguintes índices econômico-financeiros com base no balanço auditado por auditores externos registrados na Comissão de Valores Mobiliários (CVM):

Contrato	Índice	Meta	Apuração
CEF	EBITDA Ajustado/Serviço da Dívida	Igual ou maior que 1,5	Trimestral
	Dívida Líquida Ajustada/EBITDA Ajustado	Igual ou menor que 3,00	Trimestral
	Outras Dívidas Onerosas/EBITDA Ajustado	Igual ou menor que 1,00	Trimestral

Em 01 de março de 2024 foi recebida a autorização para que sejam observados os seguintes limites do índice de Dívida Líquida Ajustada/EBITDA Ajustado para os respectivos trimestres a seguir:

- Igual ou inferior a 4,0 (quatro), apurado trimestralmente, no período de 4T23 e 2024;
- igual ou inferior a 3,50 (três e meio), apurado trimestralmente, no período de 2025 e 2026;
- igual ou inferior a 3,00 (três), apurado trimestralmente, a partir de 2027.

(ii) Banco do Nordeste do Brasil - BNB

São recursos provenientes do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) destinados à ampliação e melhoria dos Sistemas de Abastecimento de Água e Sistemas de Esgotamento Sanitário.

Atualmente, a Companhia possui três contratos junto ao BNB. O primeiro (BNB I) foi assinado em 29 de junho 2018 e refere-se aos municípios de Fortaleza, Maracanaú e Pacoti. O valor do financiamento é de R$ 164.735. Sobre o valor devido incidirá Taxa de

Juros dos Fundos Constitucionais (TFC) formada a partir da variação do IPCA, com Juros Básicos Fixos (JBF), formado por sua vez pela parcela prefixada da TLP, do Coeficiente de Desequilíbrio Regional (CDR) e fatores de programa e bônus de adimplência. O Juros Básico Fixo - (JBF) constante no contrato é de 2,0766% a.a. A taxa de juros relativa, considerando o bônus de adimplência de 85% dos juros fixos, ficou em IPCA adicionado a 1,77% a.a. Os desembolsos relativos ao referido contrato iniciaram em setembro/2019.

O segundo contrato (BNB II) foi assinado em 27 de agosto de 2020 e refere-se aos municípios do Eusébio, Fortaleza, Itapipoca e Juazeiro do Norte, além de objetivar também a construção da sede da unidade de negócio de Ibiapina, modernização da gestão dos prestadores de serviço, apoio institucional ao desenvolvimento de projeto no setor de saneamento básico e modernização e manutenção de sistemas de abastecimento de água e esgoto sanitário. O valor total do financiamento é de R$ 219.611.

Sobre o valor devido incide Taxa de Juros dos Fundos Constitucionais (TFC) formada a partir da variação do IPCA, com Juros Básicos Fixos (JBF), formado por sua vez pela parcela prefixada da TLP, do Coeficiente de Desequilíbrio Regional (CDR) e fatores de programa e bônus de adimplência. O Juros Básico Fixo - (JBF) constante no contrato é de 0,8809% a.a. A taxa de juros relativa, considerando o bônus de adimplência de 85% dos juros fixos, ficou em IPCA adicionado a 0,67% a.a. Os desembolsos relativos ao referido contrato iniciaram em Outubro/2022.

O terceiro contrato do BNB (BNBIII) foi assinado em 24 de fevereiro de 2025 no valor de R$ 334.863 a serem providos com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE). O contrato refere-se a Ampliação do SIAA dos municípios de Horizonte Pacajus e Chorozinho, Substituição do coletor tronco de esgoto da Avenida Eduardo Girão, Implantação do Sistema de esgotamento Sanitário de Prainha, Aquisição de estação de tratamento de água móveis, Aquisição de Hidrômetros, Ampliação SES de Fortaleza Sub bacias CE 7, 8 e 9 / ETE Cocó.

Sobre o valor devido incidirá Taxa de Juros dos Fundos Constitucionais (TFC) formada a partir da variação do IPCA, com Juros Básicos Fixos (JBF), formado por sua vez pela parcela prefixada da TLP, do Coeficiente de Desequilíbrio Regional (CDR) e fatores de programa e bônus de adimplência. O Juros Básico Fixo - (JBF) constante no contrato é de 3,272% a.a para o valor de R$ 44.461 e 3,9992% a.a. para o valor de R$ 290.402. Ainda não ocorreram desembolsos de recursos referentes a este contrato no primeiro trimestre de 2025.

(iii) Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID

Trata-se de recursos destinados ao projeto SANEAR - II, que têm por objetivo a ampliação e melhoria do Sistema de Abastecimento de Água e implantação de sistemas de esgotamento sanitário em diversos polos econômicos e turísticos do Estado do Ceará. O valor total do projeto está orçado em US$ 327.345, sendo 31% desse valor financiado pelo BID e 69% aportados pelo Governo do Estado. O contrato foi assinado em 22 de outubro de 2004, com carência de cinco anos, para pagamento em 20 anos, em parcelas semestrais, com vencimentos nos meses de abril e outubro. O projeto já foi concluído e encontra-se em fase de amortização.

No dia 03 de agosto de 2022, a Companhia concluiu o processo de conversão de moeda junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. O saldo devedor da dívida que somava US$ 38.474 foi convertido a reais. A operação continua com vencimento em

outubro de 2029. O câmbio utilizando na operação foi de R$ 5,282, fixando o valor da dívida, em reais, na data da operação, em R$ 203.219.

Foram mantidas as duas tranches, sendo a primeira de montante total R$ 151.455 indexada a CDI + 1,045% a.a. e a segunda, no valor de R$ 51.764 indexada a CDI + 1,175% a.a. As amortizações continuam sendo realizadas semestralmente.

(iv) Banco Alfa de Investimentos S.A.

Em 13 de Dezembro de 2023 a Companhia firmou junto ao Banco Alfa de investimento S.A. a contratação de uma Cédula de Crédito Bancário. O valor da transação contratada foi de R$ 125.000, com taxa de Juros 100% da taxa média diária dos depósitos interfinanceiros (Taxa DI), acrescido de 2,55% a.a., base de 360 dias, com carência de doze meses dos juros para posterior pagamento mensal, ao passo que o principal será amortizado em três parcelas iguais semestrais.

Os recursos obtidos pela Companhia por meio da integralização da Cédula de Crédito Bancário, estão sendo destinados a investimentos e/ou contrapartidas de dívidas, reembolso de gastos e despesas relacionadas a investimentos e reforços da reserva de liquidez da Companhia.

Em 13/12/2024, houve repactuação do contrato referente à cédula de crédito bancário, onde foi renegociado a forma de pagamento da amortização, sendo as parcelas postergadas para 13/06/2025 e 13/12/2025.

(v) Notas Comerciais

. A primeira emissão de Notas Comerciais da Companhia foi integralizada em 18 de maio de 2023.

Foram emitidos um total de 100.000 títulos de valor nominal na data da emissão de R$ 1.000 (um mil reais), totalizando R$ 100.000, com remuneração em 100% da “Taxa DI over extra grupo” acrescida de spread de 2,45% a.a.

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia por meio da referida operação foram destinados a investimentos e/ou contrapartidas de dívidas, reembolso de gastos e despesas relacionadas a investimentos e reforços da reserva de liquidez da Companhia.

O pagamento dos juros vem sendo realizado em base mensal desde 10 de maio de 2024, enquanto a amortização de principal foi pactuada em base semestral, conforme cronograma a seguir:

Parcela	Data	Percentual Amortizado do Saldo Devedor
1ª	10/05/2024	33,3333%
2ª	10/11/2024	50,0000%
3ª	10/05/2025	100,0000%

Em decorrência dessa operação, a Companhia, dentre outros requisitos deverá manter os seguintes índices econômico-financeiros com base no balanço auditado por auditores externos registrados na Comissão de Valores Mobiliários (CVM):

Índice	Meta	Apuração

EBITDA Ajustado/Serviço da Dívida	Igual ou maior que 1,5	Trimestral
Dívida Líquida Ajustada/EBITDA Ajustado	Igual ou menor que 3,5	Trimestral
Outras Dívidas Onerosas/EBITDA Ajustado	Igual ou menor que 1,0	Trimestral

- **EBITDA Ajustado:** é igual ao somatório: (I) do Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social; (II) das Despesas Financeiras deduzidas as Receitas Financeiras; (III) da Depreciação e Amortização; e (IV) dos Custos dos Serviços de Construção deduzidas as Receitas dos Serviços de Construção;
- **Serviço da Dívida:** é igual ao somatório das Despesas Financeiras e das Amortizações de Empréstimos e Financiamentos incorridas no período
- **Dívida Líquida Ajustada:** é igual ao somatório do saldo devedor de empréstimos, financiamentos e notas comerciais excluída a disponibilidade de caixa; e
- **Outras Dívidas Onerosas:** são equivalentes ao somatório das obrigações previdenciárias e com plano de assistência médica, parcelamento de dívidas tributárias e parcelamento de dívidas com o fornecedor de energia elétrica.

Na hipótese de descumprimento de qualquer um desses índices, bem como das demais obrigações contidas no termo de emissão, ocorrerá o vencimento antecipado das notas comerciais. Conforme avaliação da Administração da Companhia, todas as obrigações vêm sendo cumpridas não havendo, portanto, expectativa de vencimento antecipado das obrigações.

(vi) Banco do Brasil

Diante dos desafios impostos pelo Novo Marco Legal, a Cagece segue com a execução de seu plano de investimentos vinculado ao atingimento de metas de cobertura e melhoria de eficiência operacional, que requerem recursos financeiros para atendimento das referidas necessidades de Capex, assim como das atividades operacionais, para permitir a continuidade da prestação dos SAA e SES e da sustentabilidade econômico-financeira da Companhia.

Diante do cenário projetado, fez-se necessário a decisão de alongamento do perfil de dívidas de curto prazo ao final de 2023 a partir de proposta de captação de recursos através de modalidade capital de giro e CCB (Cédula de Crédito Bancário).

Em decorrência, foi aprovada captação de recursos via operação de capital de giro junto ao Banco do Brasil, no valor total de R$ 60 milhões, dos quais R$ 20 milhões contratados em 28/03/2024 e 40 milhões contratados em 26/04/2024, ambos a uma taxa de CDI + 3,40% a.a., para um prazo de 12 meses, pagamento bullet (juros e principal no vencimento).

Os recursos foram utilizados para pagamento da primeira parcela das Notas Comerciais no valor aproximado de R$ 47,16 milhões e de juros da parcela de Cédula de Crédito Bancário (CCB) celebrada com o Banco Votorantim no total de R$ 14,02 milhões.

Em 28/03/2025 foi realizado o pagamento referente ao primeiro contrato junto ao Banco do Brasil, no valor total de R$ 22.972, sendo R$ 20.000 de amortização e R$ 2.972 de juros.

(vii) Banco ABC

Devido aos atrasos nas liberações dos recursos referentes à terceira captação junto ao BNB (BNB3) e do aporte de capital do acionista Estado do Ceará, decorrente da celebração de

contrato de financiamento entre o Governo do Estado do Ceará e o BNDES, que somados reforçariam o caixa em aproximadamente R$ 170 milhões ao final de 2024, e considerando que a expectativa de liberação só deverá ocorrer após o final do primeiro trimestre de 2025, foi aprovada uma captação de curto prazo no total de R$ 100 milhões junto ao Banco ABC, para alongamento do perfil da dívida, possibilitando também a manutenção de caixa mínimo acima de 3% da Receita Líquida, fluxo de investimentos necessário para atendimento das metas de universalização e/ou melhorias operacionais, bem como evitar atraso no pagamento de fornecedores.

A operação foi contratada em 19 de dezembro de 2024, com prazo total de 24 meses, com parcelas de amortização de principal em 3 parcelas (12º, 18º e 24º mês, respectivamente) e pagamento de juros pactuados a CDI + 2,56% a.a. em parcelas mensais após o período de carência de 12 meses.

Os recursos foram utilizados para pagamento da segunda parcela da primeira série da primeira emissão de debêntures (CAEC11) e quitação da primeira operação contratada junto ao Banco do Brasil mencionada anteriormente.

Os empréstimos e financiamentos apresentam a seguinte movimentação:

	31/03/2025	31/03/2024
Saldos iniciais	**919.616**	**1.002.439**
Novas liberações	783	38.274
Amortizações de principal (a)	(28.139)	(8.250)
Pagamento de juros (a)	(15.541)	(6.862)
Juros e variações monetárias	23.749	19.760
Transferências intangível – Juros capitalizados	1.769	8.370
Saldos finais	**902.237**	**1.053.731**

(a) Em dezembro de 2024 foi realizada uma captação e recurso com valor de R$ 100.000, proveniente da liberação do empréstimo do banco ABC, que parte desse valor foi utilizado para amortização de principal e juros de empréstimo com o banco do Brasil com o valor de R$ 20.000 para amortização de principal e R$ 1.939 para amortização de juros.

O montante classificado no passivo não circulante apresenta a seguinte composição por vencimento:

	31/03/2025	31/12/2024
Entre 1 e 2 anos	153.439	128.254
Entre 2 e 3 anos	86.769	86.457
Entre 3 e 4 anos	86.635	86.322
Entre 4 e 5 anos	86.073	86.003
Entre 5 e 6 anos	49.046	54.213
Entre 6 e 7 anos	35.838	35.534
Entre 7 e 8 anos	29.033	30.572
Entre 8 e 9 anos	15.857	28.123
Entre 9 e 10 anos	3.300	28.124
Acima de 10 anos	28.045	28.208
	574.035	**591.810**

20. Debêntures

	31/03/2025	31/12/2024
Debêntures 1ª emissão 1ª série	130.000	195.000
Debêntures 1ª emissão 2ª série	658.511	645.653
Debêntures 2ª emissão 1ª série	272.801	267.474
Debêntures 2ª emissão 2ª série	150.000	150.000
Debêntures 2ª emissão 3ª série	171.500	171.500
Debêntures 2ª emissão 4ª série	116.000	116.000
Juros 1ª emissão	2.155	17.143
Juros 2ª emissão	24.394	3.263
	1.525.361	**1.566.033**
Gastos iniciais da 1ª Emissão da transação 1ª série	(935)	(1.176)
Gastos iniciais da 1ª Emissão da transação 2ª série	(4.547)	(4.830)
Gastos iniciais da 2ª Emissão da transação 1ª série	-	-
Gastos iniciais da 2ª Emissão da transação 2ª série	(9.993)	(10.234)
Gastos iniciais da 2ª Emissão da transação 3ª série	(768)	(798)
Gastos iniciais da 2ª Emissão da transação 4ª série	(538)	(552)
	(16.781)	**(17.590)**
	1.508.580	**1.548.443**
Circulante	156.549	150.407
Não circulante	1.352.031	1.398.036

(i) Primeira emissão de debêntures

No dia 08 de março de 2021, foi deliberado, em reunião do Conselho de Administração da Companhia, a realização da 1ª (primeira) emissão, pela Companhia, de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie quirografária, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Lei do Mercado de Valores Mobiliários, da Instrução CVM 476, do Código ANBIMA, e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis. A emissão ocorreu dia 15 de março de 2021 e foi liquidada dia 07 de abril de 2021.

Foram emitidas um total de 775.990 debêntures de valor nominal na data da emissão de R$ 1.000 (um mil reais), totalizando R$ 775.990, sendo R$ 260.000 para a Primeira Série, com remuneração em 100% da "Taxa DI over extra grupo" acrescida de spread de 2,10% a.a. e vencimento em 15 de março de 2026; e R$ 515.990 para a Segunda Série com remuneração prefixada de IPCA + 5,4058% (cinco inteiros, quatro mil e cinquenta e oito décimos de milésimos por cento) ao ano e vencimento em 15 de março de 2029.

O valor nominal unitário das debêntures da primeira série não será atualizado monetariamente, ao passo que o da segunda será atualizado mensalmente, a partir da data da primeira integralização das debêntures da segunda série, pela variação acumulada do Índice de Preço ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e Atualização Monetária, respectivamente, sendo o produto da Atualização Monetária automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário.

A amortização dos juros das duas séries ocorre semestralmente, estando prevista a próxima para 15 de setembro de 2024. Ao passo que a amortização de principal está prevista, conforme cronograma a seguir:

Parcela	Série	Data	Percentual Amortizado do Saldo Devedor
1ª	1ª	15/09/2024	25%
2ª	1ª	15/03/2025	33%
3ª	1ª	15/09/2025	50%

4ª	1ª	15/03/2026	100%
1ª	2ª	15/09/2026	17%
2ª	2ª	15/03/2027	20%
3ª	2ª	15/09/2027	25%
4ª	2ª	15/03/2028	33%
5ª	2ª	15/09/2028	50%
6ª	2ª	15/03/2029	100%

Em decorrência dessa operação, a Companhia, dentre outros requisitos previstos no Instrumento Particular de Escrituração, deverá manter os seguintes índices econômico-financeiros com base no balanço auditado por auditores externos registrados na Comissão de Valores Mobiliários (CVM):

Índice	Meta	Apuração
EBITDA Ajustado/Serviço da Dívida	Igual ou maior que 1,5	Trimestral
Dívida Líquida Ajustada/EBITDA Ajustado	Igual ou menor que 3,00	Trimestral
Outras Dívidas Onerosas/EBITDA Ajustado	Igual ou menor que 1,00	Trimestral

- **EBITDA Ajustado:** é igual ao somatório: (I) do Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social; (II) das Despesas Financeiras deduzidas as Receitas Financeiras; (III) da Depreciação e Amortização; e (IV) dos Custos dos Serviços de Construção deduzidas as Receitas dos Serviços de Construção;
- **Serviço da Dívida:** é igual ao somatório das Despesas Financeiras e das Amortizações de Empréstimos e Financiamentos incorridas no período.
- **Dívida Líquida Ajustada:** é igual ao somatório do saldo devedor de empréstimos, financiamentos e debêntures excluída a disponibilidade de caixa;
- **Outras Dívidas Onerosas:** é equivalente ao somatório das obrigações previdenciárias e com plano de assistência médica, parcelamento de dívidas tributárias e parcelamento de dívidas com o fornecedor de energia elétrica

Na hipótese de descumprimento de qualquer um desses índices, bem como das demais obrigações contidas na escrituração, ocorrerá o vencimento antecipado das debêntures.

Em 21 de dezembro de 2023, os debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, aprovaram o *waiver fee* relativo a concessão de autorização para que sejam observados os seguintes limites do índice de Dívida Líquida Ajustada/EBITDA Ajustado para os respectivos trimestres a seguir:

- Igual ou menor que 4,0 x para o trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2023;
- Igual ou menor que 3,9 x para o trimestre encerrado em 31 de março de 2024;
- Igual ou menor que 3,7 x para o trimestre encerrado em 30 de junho de 2024;
- Igual ou menor que 3,6 x para o trimestre encerrado em 30 de setembro de 2024;
- Igual ou menor que 3,5 x para o trimestre a encerrar em 31 de dezembro de 2024; e
- Igual ou menor que 3,2 x para o trimestre a encerrar em 31 de março de 2025.

Após o trimestre a encerrado em 31 de março de 2025, o índice retorna ao originalmente contratado, portanto, igual ou menor que 3,00.

Em contrapartida à autorização acima descrita foi acordado pagamento de *waiver fee* em valor correspondente a 0,5% multiplicado pela *duration* remanescente das Debêntures de cada série, incidente sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série e sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série na referida data, acrescido da Remuneração das Debêntures da Primeira Série e da Remuneração das Debêntures da Segunda Série devida e ainda não paga também até a referida data.

Por fim, a Companhia também assumiu compromisso de não outorgar futuras garantias reais à outras dívidas que não se enquadrem nas exceções acordadas no âmbito da Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos lá descritos.

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia por meio da integralização das Debêntures da primeira série, devem ser destinados a investimentos e/ou contrapartidas de dívidas, reembolso de gastos e despesas relacionadas a investimentos e reforços da reserva de liquidez da Emissora.

Nos termos do artigo 2°, parágrafo 1°, da Lei 12.431, bem como do Decreto 8.874, e da Resolução CMN 3.947, os recursos obtidos pela Companhia por meio da integralização das Debêntures da segunda série, devem ser destinados exclusivamente para financiamento dos seguintes projetos:

(i) Projeto de implantação do sistema de esgotamento sanitário das sub-bacias CE-7, CE-8, CE-9 e estação de tratamento de esgoto Cocó em Fortaleza-CE;
(ii) Projeto de redução de perdas de água nos sistemas de abastecimento da Emissora;
(iii) Projeto básico hidráulico - sanitário para ampliação do sistema integrado de abastecimento de água tratada das cidades cearenses de Horizonte, Pacajus e Chorozinho;
(iv) Projeto básico hidráulico - sanitário para interligação do sistema Taquarão com os sistemas de abastecimento de água de Maranguape e Maracanaú.

(ii) Segunda emissão de debêntures

No dia 15 de junho de 2024, foi deliberado, em reunião do Conselho de Administração da Companhia, a aprovação da 2ª (primeira) emissão, pela Companhia, de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie quirografária, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Lei do Mercado de Valores Mobiliários, da Resolução CVM 160, do Código ANBIMA, e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis. A emissão ocorreu dia 15 de junho de 2024 e foi liquidada dia 09 de julho de 2024.

Foram emitidas um total de 699.500 debêntures de valor nominal na data da emissão de R$ 1.000 (um mil reais), totalizando R$ 699.500, em quatro séries, sendo:

(i) R$ 262.000 para a Primeira Série, com remuneração de IPCA + 8,1891% ao ano e vencimento em 15 de junho de 2036;
(ii) R$ 150.000 para a Segunda Série, com remuneração de CDI + 2,20% a.a. e vencimento em 15 de junho de 2029;
(iii) R$ 171.500 para a Terceira Série, com remuneração de CDI + 2,50% a.a. e vencimento em 15 de junho de 2031; e
(iv) R$ 116.000 para a Quarta Série com remuneração de CDI + 2,90% a.a. e vencimento em 15 de junho de 2034.

Os recursos da primeira série serão utilizados nos investimentos previstos na Portaria MCID Nº 1657, expedida em 22 de dezembro de 2023, publicada no Diário Oficial da União em 29 de dezembro de 2023.

Já os recursos referentes à segunda, terceira e quarta séries, que totalizaram R$ 437.500 foram utilizados primordialmente para alongamento do perfil da dívida, ficando o excedente como reforço de caixa. Foram quitadas as seguintes operações:

(i) CCB do Votorantim no valor de R$ 100.686, sendo R$ 100.000 de amortização da dívida e R$ 686 de juros;
(ii) CCB do Banco Santander no valor de R$ 205.256, sendo R$ 200.000 de amortização

da dívida e R$ 5.256 de juros; e

(iii) Amortização de principal referente à primeira parcela da primeira série da primeira emissão de Debêntures da Companhia, no total de R$ 65.000.

A amortização dos juros das quatro séries ocorre semestralmente. Ao passo que a amortização de principal está prevista, conforme cronograma a seguir:

Parcela	Série	Data	Percentual de Amortização Saldo Devedor
1ª	1ª	15/06/2034	20%
2ª	1ª	15/12/2034	25%
3ª	1ª	15/06/2035	33%
4ª	1ª	15/12/2035	50%
5ª	1ª	15/06/2036	100%
1ª	2ª	15/12/2027	25%
2ª	2ª	15/06/2028	33%
3ª	2ª	15/12/2028	50%
4ª	2ª	15/06/2029	100%
1ª	3ª	15/12/2029	25%
2ª	3ª	15/06/2030	33%
3ª	3ª	15/12/2030	50%
4ª	3ª	15/06/2031	100%
1ª	4ª	15/12/2032	25%
2ª	4ª	15/06/2033	33%
3ª	4ª	15/12/2033	50%
4ª	4ª	15/06/2034	100%

Em decorrência dessa operação, a Companhia, dentre outros requisitos previstos no Instrumento Particular de Escrituração, deverá manter os seguintes índices econômico-financeiros com base no balanço auditado por auditores externos registrados na Comissão de Valores Mobiliários (CVM):

- EBITDA ajustado/ Serviço da Dívida igual ou maior de 1,50x.
- Dívida Líquida Ajustada/ EBITDA Ajustado conforme abaixo:

Índice	Meta	Apuração
Dívida Líquida Ajustada / EBITDA	Igual ou menor que 3,60x	Encerrado em 30 de setembro de 2024
Dívida Líquida Ajustada / EBITDA	Igual ou menor que 3,50x	Encerrado em 31 de dezembro de 2024
Dívida Líquida Ajustada / EBITDA	Igual ou menor que 3,20x	Encerrado em 31 de março de 2025

A partir da medição de 30 de junho de 2025 (inclusive), a relação Dívida Líquida Ajustada/ EBITDA deverá ser igual ou menor a 3,00x enquanto não houver a quitação das duas séries referentes à primeira emissão de debêntures da Emissora. Caso ocorra a quitação das supracitadas séries da primeira emissão, o referido indicador deverá ser igual ou menor a 3,50x a partir da medição de 31 de dezembro de 2024 (inclusive).

- Outras Dívidas Onerosas/ EBITDA Ajustado igual ou menor que 1,00x, sendo que a apuração de todos os Índices Financeiros será trimestral com base nas Informações Trimestrais (ITRs); “EBITDA Ajustado” é igual ao somatório: (I) do lucro antes do

Imposto de Renda e da Contribuição Social; (II) das despesas financeiras deduzidas às receitas financeiras; (III) da depreciação e amortização; e (IV) dos custos dos serviços de construção deduzidas às receitas dos serviços de construção; "Serviço da Dívida" é igual ao somatório das despesas financeiras e das amortizações de empréstimos e financiamentos incorridas no período; "Dívida Liquida Ajustada" é igual ao somatório do saldo devedor de empréstimos, financiamentos e Debêntures excluída a disponibilidade de caixa; e "Outras Dívidas Onerosas" são equivalentes ao somatório das obrigações previdenciárias e com plano de assistência médica, parcelamento de dívidas tributárias e parcelamento de dívidas com o fornecedor de energia elétrica.

O montante classificado no passivo não circulante apresenta a seguinte composição por vencimento:

	31/03/2025	31/12/2024
Entre 1 e 2 anos	217.053	170.628
Entre 2 e 3 anos	255.328	250.938
Entre 3 e 4 anos	292.668	288.269
Entre 4 e 5 anos	80.023	186.810
Entre 5 e 6 anos	85.366	85.351
Entre 6 e 7 anos	42.683	42.675
Entre 7 e 8 anos	28.866	28.862
Entre 8 e 9 anos	57.731	57.724
Entre 9 e 10 anos	134.245	132.029
Acima de 10 anos	158.068	154.750
	1.352.031	**1.398.036**

As debêntures apresentam a seguinte movimentação:

	1ª Emissão		2ª Emissão				
	1ª série	2ª série	1ª série	2ª série	3ª série	4ª série	Total
Saldos iniciais em 31 de dezembro de 2024	**201.045**	**650.745**	**258.754**	**150.137**	**171.653**	**116.109**	**1.548.443**
Atualização do valor nominal	-	12.858	5.327	-	-	-	18.185
Juros	4.796	(3.885)	5.281	3.011	6.212	4.316	19.731
Transferências ativo de contrato – Juros capitalizados	1.822	12.577	-	2.310	-	-	16.709
Amortizações de principal (a)	(65.000)	-	-	-	-	-	(65.000)
Amortização de juros (a)	(13.061)	(17.237)	-	-	-	-	(30.298)
Apropriação dos gastos iniciais	242	283	204	37	30	14	810
Saldos finais em 31 de março de 2025	**129.844**	**655.341**	**269.566**	**155.495**	**177.895**	**120.439**	**1.508.580**
Saldos iniciais em 31 de dezembro de 2023	**268.086**	**618.665**	**-**	**-**	**-**	**-**	**886.751**
Atualização do valor nominal	-	10.372	-	-	-	-	10.372
Juros	5.410	1.617	-	-	-	-	7.027
Transferências ativo de contrato – Juros capitalizados	3.004	6.637	-	-	-	-	9.641
Amortização de juros	(17.503)	(16.273)	-	-	-	-	(33.776)
Apropriação dos gastos iniciais	244	286	-	-	-	-	530
Saldos finais em 31 de março de 2024	**259.241**	**621.304**	**-**	**-**	**-**	**-**	**880.545**

(a) Em dezembro de 2024 foi realizada uma captação e recurso com valor de R$ 100.000, proveniente da liberação do empréstimo do banco ABC, que parte desse valor foi utilizado para amortização de principal e juros de

debêntures com o valor de R$ 65.000 para amortização de principal e R$ 13.061 para amortização de juros.

21. Incentivo à aposentadoria – PRSP

21.1. Composição

	31/03/2025	31/12/2024
Incentivo à aposentadoria - PRSP	57.438	45.754
Ajuste a valor presente	(17.487)	(12.628)
	39.951	**33.126**
Circulante	12.456	12.562
Não circulante	27.495	20.564

21.2. Movimentação

	31/03/2025	31/03/2024
Saldos iniciais	**33.126**	**27.763**
Pagamentos	(3.923)	(5.486)
Despesa financeira	1.174	907
Incrementos	15.654	8.248
Ajuste a valor presente	(6.080)	(2.183)
Saldos finais	**39.951**	**29.249**

21.3. Cronograma de realização

	31/03/2025	31/12/2024
1 ano	12.456	12.562
Entre 1 e 2 anos	12.866	11.562
Entre 2 e 5 anos	9.349	6.285
Mais de 5 anos	5.280	2.717
	39.951	**33.126**

PRSP III

Em 28 de março de 2017, a Diretoria Colegiada aprovou o Plano de Reconhecimento por Serviços Prestados (PRSP III), com o objetivo de proporcionar aos empregados da Cagece que aderirem ao Plano, condições de aposentar-se recebendo benefícios financeiros temporários, na forma estabelecida no Regulamento.

O referido plano se destinou aos empregados do quadro próprio que atenderam as condições expressas nesse Regulamento, quais eram: ter idade igual ou superior a 56 anos até 31 de dezembro de 2018; atender os requisitos legais para a obtenção do benefício de aposentadoria pelo Regime Geral da Previdência Social, contados, pelo menos, dez anos de

tempo de serviço na Cagece; ter ingressado e se mantido como participante na Fundação Cagece de Previdência Complementar (Cageprev). E desde que não se enquadrem nas situações impeditivas à adesão: ter sido submetido a processo administrativo-disciplinar que tenha resultado na rescisão do contrato de trabalho; ter sido condenado por decisão judicial transitada em julgado, que determine a perda do emprego.

O prazo para adesão iniciou na data da publicação do Regulamento e encerrou ao final do expediente do dia 17 de maio de 2017.

A rescisão contratual pelo Plano deverá ocorrer se atendidas as seguintes condições: o empregado deverá comprovar que a aposentadoria foi concedida pelo INSS mediante apresentação da Carta de Concessão emitida pelo INSS ou pelo Extrato de Pagamento do benefício emitido pelo INSS, até o mês anterior à data prevista para seu desligamento; assinar o Contrato de Adesão ao PRSP III; assinar o Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho com a Cagece. As datas de rescisão de cada empregado optante ao Plano serão estabelecidas e divulgadas pela Cagece, oportunamente após o fim do prazo para adesão.

O PRSP III concede os seguintes benefícios:

(i) Ressarcimento dos gastos com medicamentos de uso contínuo por (84) meses;
(ii) Pagamento de 16 (dezesseis) salários na rescisão contratual para o PRSP III, pagos em 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas;
(iii) Incentivo financeiro, durante 84 meses, de acordo com o Salário de Referência (SR) do empregado, correspondente: a) se o Salário de Referência (SR) for menor ou igual ao valor do teto do INSS dividido por 0,70, receberá 50% do valor do SR; b) se o Salário de Referência (SR) for maior que o valor do teto do INSS dividido por 0,70, receberá a diferença entre o SR e o valor do benefício do INSS percebido pelo empregado;
(iv) Incentivo no valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) do vale alimentação, conforme valor estabelecido no Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), durante os 36 (trinta e seis) meses iniciais do plano;
(v) Fica garantida Assistência à Saúde Médica e Odontológica pelos atuais planos ou outros que vierem a substituí-los, mantida a participação da Cagece no custeio da assistência, ao empregado optante e seus dependentes, na forma definida no Acordo Coletivo de Trabalho, pelo prazo de 84 (oitenta e quatro) meses a partir da data do desligamento;

(vi) Incentivo para a aposentadoria calculado atuarialmente, pela Cageprev, para cada empregado inscrito no PRSP III, repassado para a Cageprev;

(vii) Na ocorrência de falecimento do optante antes da rescisão contratual ficam garantidos os direitos aos herdeiros, conforme definidos no Código Civil, cabendo àqueles apresentar no prazo de 2 (dois) meses o processo de inventário.

Os valores estão registrados no passivo circulante e não circulante com base em estimativas das remunerações nos sete anos de vigência do plano, ajustados e atualizados pelo índice de inflação (INPC) e descontados a valor presente, a uma taxa de 14,993%, correspondente à taxa WACC (Weighted Average Cost of Capital/Custo Médio Ponderado de Capital) da Companhia na data das demonstrações contábeis.

PRSP IV

Em 06 de janeiro de 2023, a Diretoria Colegiada aprovou o Plano de Reconhecimento por Serviços Prestados (PRSP IV), com o objetivo de proporcionar aos empregados da Cagece que aderissem ao Plano, condições de aposentar-se recebendo benefícios financeiros temporários programados para 07 (sete) anos, a partir do desligamento da empresa, na forma estabelecida neste Regulamento.

O referido plano destina-se aos empregados do quadro próprio que atendam as seguintes condições expressas no Regulamento: estar em contrato de trabalho ativo e regular com a Cagece; não ter iniciado ou requerido/solicitado benefício previdenciário de aposentadoria pelo INSS a partir do dia 13 de novembro de 2019; contados, pelo menos, 22 (vinte e dois) anos de tempo de serviço na Cagece até a data de 31/12/2022, contando-se todos os cargos efetivos ocupados pelo empregado ao longo de seu histórico na Companhia. E desde que não se enquadrem nas situações impeditivas à adesão: empregado que tenha dado entrada com solicitação de aposentadoria pelo INSS a partir do dia 13 de novembro de 2019; empregado que esteja com o contrato de trabalho suspenso com o período superior a dois anos; empregado que esteja cumprindo sanção disciplinar.

O cronograma iniciou com a comunicação do mesmo em 12 de dezembro de 2022, com previsão de desligamento dos colaborados até 2028. Os desligamentos iniciaram em setembro de 2023 e já contabilizam, até março de 2025, 53 colaboradores, sendo 8 de janeiro a março de 2025.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis do exercício
Trimestres findos em 31 de março de 2025
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A rescisão contratual pelo Plano deverá ocorrer se atendidas as seguintes condições: o empregado deverá comprovar que a aposentadoria foi concedida pelo INSS antes de 13 de novembro de 2019, mediante apresentação da Carta de Concessão emitida pelo INSS ou pelo Extrato de Pagamento do benefício emitido pelo INSS, até o mês anterior à data prevista para seu desligamento. Caso o empregado não seja aposentado, deverá entregar Declaração de Beneficiário (consta/nada consta) emitida pelo INSS, para a Cagece; assinar o Contrato de Adesão ao PRSP IV; assinar o Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho com a Cagece. As rescisões de contrato de trabalho serão realizadas em blocos, com os empregados constantes de cada bloco e as respectivas datas a serem divulgadas pela Cagece em portaria interna. A quantidade de empregados por blocos e as datas dos desligamentos podem ser alteradas por: necessidade da empresa; capacidade financeira; ordem decrescente de antiguidade do empregado na empresa; designação ou não como empregado estratégico para a companhia; respeitando a ordem da lista definitiva de inscritos.

O PRSP IV concede os seguintes benefícios: (i) ressarcimento dos gastos com medicamentos de uso contínuo por (84) meses; (ii) pagamento de 17 (dezessete) salários de referência na rescisão contratual para o PRSP IV, pagos em 36 (trinta e seis) parcelas iguais; (iii) Incentivo financeiro, durante 84 meses, de acordo com o Salário de Referência (SR) do empregado, correspondente: a) se o Salário de Referência (SR) for menor ou igual ao valor do teto do INSS dividido por 0,70, receberá 50% do valor do SR; b) se o Salário de Referência (SR) for maior que o valor do teto do INSS dividido por 0,70, receberá a diferença entre o SR e o valor do benefício do INSS percebido pelo empregado; (iv) Incentivo no valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) do vale alimentação, conforme valor estabelecido no Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), durante os 84 (oitenta e quatro) meses iniciais do plano; (v) Fica garantida Assistência à Saúde Médica e Odontológica pelos atuais planos ou outros que vierem a substituí-los, mantida a participação da Cagece no custeio da assistência, ao empregado optante e seus dependentes, na forma definida no Acordo Coletivo de Trabalho, pelo prazo de 84 (oitenta e quatro) meses a partir da data do desligamento; (vi) Incentivo para a aposentadoria calculado atuarialmente, pela Cageprev, para cada empregado inscrito no PRSP IV, repassado para a Cageprev.

Os valores serão registrados no passivo circulante e não circulante com base em estimativas das remunerações dos sete anos de vigência do plano, ajustados e atualizados pelo índice de inflação (INPC), descontados a valor presente, a uma taxa correspondente à taxa WACC

(Weighted Average Cost of Capital/Custo Médio Ponderado de Capital) da Companhia na data das demonstrações contábeis.

22. Tributos a recolher

	31/03/2025	31/12/2024
Imposto de renda – reinvestimento	5.508	5.508
REFIS IV **(a)**	1.440	1.484
COFINS	10.292	12.642
Previdência social	3.548	4.699
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	137	3.175
Parcelamento Tributos Federais **(b)**	27.474	29.216
PIS	2.218	2.727
ISS	2.719	3.276
IRRF sobre a folha de pagamento	5.026	5.821
Outros	7.107	7.336
	65.469	**75.884**
Circulante	40.076	49.045
Não circulante	25.393	26.839

São registrados nesse grupamento todos os tributos e contribuições a recolher referentes aos serviços, administrativos e de pessoal, tais como o imposto de Renda, as Contribuições Federais sobre serviços de terceiros, contribuições Previdenciárias – INSS, Impostos municipais, Impostos estaduais e valores referentes ao Incentivo Fiscal para reinvestimento.

(a) O valor refere-se ao Parcelamento convencional PGFN referente aos Processos 10380.912.655/2024-34 e 10380.912.823/2024-91. A Receita Federal do Brasil - RFB abriu débito em virtude de Perdcomp não homologada. Em 30 de setembro de 2024 foi realizada adesão ao parcelamento, com a 1ª parcela no valor de R$ 74.136,34.

Débito	Número de parcelas	Número de parcelas remanescentes	Prazo de pagamento
Número negociação 10911805 - PGFN	60	53	08/2029

Adicionalmente, nessa rubrica também está o valor referente ao REFIS Especial da Secretaria de Finanças de Fortaleza (SEFIN), cuja adesão foi realizada em 30/06/2023. O débito é relativo ao auto de Infração de ISSQN, objeto de processo administrativo junto à mencionada secretaria, com perda em todas as instâncias administrativas. O escritório de advocacia responsável pelas defesas recomendou a adesão ao REFIS para posterior análises de questionamento judicial. A adesão ao REFIS trouxe o benefício de redução de 100% dos encargos financeiros e parcelamento do débito de R$ 1.988, com entrada de 20% do débito a ser pago em 3 parcelas e o restante a ser pago em 71 parcelas mensais. Seguem dados adicionais:

Débito	Número de parcelas	Número de parcelas remanescentes	Prazo de pagamento
SEFIN REFIS nº 743844-3	74	52	08/2029

(b) O valor refere-se ao parcelamento convencional no âmbito da Receita Federal, referente ao Processo nº 11234.7200001/2020-07 de multas regulamentares diversas. A ciência ocorreu em 02 de setembro de 2020. Em 29 de setembro de 2020 foi registrada uma solicitação de juntada de requerimento solicitando o desmembramento da parte referente à multa por descumprimento de obrigação acessória. Foi concedida redução nos termos do art. 6º da Lei nº 8.218/91, com a redação dada pelo artigo 28 da Lei nº 11.941/09. Seguem dados adicionais:

Débito	Número de parcelas	Número de parcelas remanescentes	Prazo de pagamento
Código 2203 – Multas Regulamentares Diversas	60	06	09/2025

Também está contemplado nessa rubrica o valor referente ao Parcelamento Simplificado RFB, com base no débito apurado após as retificações das EFD Contribuições e DCTF's do período de 2018 a 2020, realizado por uma consultoria contratada, a fim de eliminar possíveis contingências. Após as citadas retificações, foi aberto pela Receita Federal o parcelamento no valor de R$ 16.544. Seguem informações adicionais:

Débito	Número de parcelas	Número de parcelas remanescentes	Prazo de pagamento
Código 1124 – Parcelamento Simplificado	60	38	06/2028

23. Provisão para contingências e depósitos judiciais

	31/03/2025	31/12/2024
Causas cíveis	22.637	23.115
Causas trabalhistas	9.272	9.080
Causas tributárias	4.840	7.005
Contingências vinculadas a depósitos judiciais	(8.059)	(8.560)
Total depósitos judiciais	**28.690**	**30.640**
Causas cíveis	52.566	54.214
Causas trabalhistas	85.279	78.501
Causas tributárias	22	22
Depósitos judiciais vinculados a contingências	(8.059)	(8.560)
Total de provisão para contingências	**129.808**	**124.177**

A movimentação da provisão para contingências está demonstrada a seguir

	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**52.318**	**71.837**	**22**	**124.177**
Adições	(48)	10.744	-	10.696
Juros	(122)	2.630	-	2.508
Reversão	(802)	(6.771)	-	(7.573)
Pagamentos	-	-	-	-

Compensação com depósitos judiciais	1.220	6.839	-	8.059
Saldos finais em 31 de março de 2025	**52.566**	**85.279**	**22**	**129.808**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**78.573**	**64.346**	**106**	**143.025**
Adições	149	7.322	180	7.651
Juros	16	1.550	-	1.566
Reversão	(24.607)	(5.074)	-	(29.681)
Pagamentos	-	-	-	-
Compensação com depósitos judiciais	(54)	(1.851)	(180)	(2.085)
Transferência entre contas	(600)	265	335	-
Saldos finais em 31 de março de 2024	**53.477**	**66.558**	**441**	**120.476**

O montante de R$ 129.808 decorre, principalmente, de ações:

i) cíveis – ações judiciais envolvendo direito do consumidor, ambiental, imobiliário e administrativo (licitações e contratos);
ii) trabalhistas – ações de incorporação de gratificação de função, questionamentos referentes ao Plano de Cargos e Remunerações (PCR), responsabilidade subsidiária e piso salarial; e

As provisões foram constituídas com base nas diversas causas judiciais surgidas no curso normal dos negócios, incluindo causas cíveis, trabalhistas e tributárias, e consideradas suficientes pela Companhia para cobrir eventuais desembolsos na hipótese de decisão desfavorável.

Esses valores são contabilizados mensalmente, conforme estimativa da Diretoria Jurídica da Companhia em relação aos processos com expectativa de perda "provável".

Passivo contingente

A estimativa de perda das causas judiciais e administrativas em andamento, com base no valor da causa, considerado pela Procuradoria jurídica da Companhia, com probabilidade de perda possível, totaliza um valor de R$ 111.653 em 31 de março de 2025 (R$ 96.656 em 31 de dezembro de 2024).

Por serem considerados com probabilidade de perda possível, não foram provisionados nas demonstrações contábeis. Seguem em destaque os processos de valores relevantes:

Processo nº	Esfera	Natureza	31/03/2025
0800020-13.2022.8.06.0173 (i)	Judicial	Cível	18.750
3002080-83.2024.8.06.0297 (ii)	Judicial	Cível	10.369
0000881-85.2023.5.07.0022 (iii)	Judicial	Cível	5.755
0000767-68.2021.5.07.0006 (iv)	Judicial	Trabalhista	4.241
0252814-62.2020.8.06.0001 (v)	Judicial	Cível	3.194
0000387-54.2006.8.06.0101 (vi)	Judicial	Tributária	2.770
3031971-04.2023.8.06.0001 (vii)	Judicial	Cível	2.707
0500372-61.2011.8.06.0001 (viii)	Judicial	Cível	2.500
0001732-72.2024.5.07.0028 (ix)	Judicial	Trabalhista	2.171

0201204-31.2015.8.06.0001 (x)	Judicial	Cível	2.000
Outros	-	-	57.196
			111.653

(i) Ação cível pública de natureza ambiental, para que seja firmado um termo de ajustamento de conduta;
(ii) Ação trabalhista envolvendo descumprimentos legais e contratuais em prestação de serviços à CAGECE, com denúncias de irregularidades em diversos municípios;
(iii) Ação cível de solicitação, por parte de um fornecedor, de realinhamento contratual;
(iv) Ação trabalhista de dano moral relativa à demissão sem justa causa de um colaborador;
(v) O processo trata de falhas de contrato, que geraram impactos financeiros e inviabilizaram sua continuidade;
(vi) Ação tributária de cobrança de ISS;
(vii) Ação cível movida por um fornecedor, que questiona o resultado de uma licitação;
(viii) Ação cível por desvalorização de um terreno vizinho a uma estação de tratamento de esgoto da Companhia;
(ix) Indenização por desvalorização de terreno devido a impactos ambientais causados por unidade de tratamento de esgoto da CAGECE;
(x) Ação cível desapropriação indireta, com pedido de indenização por posse de imóvel declarado de utilidade pública para instalação de estação elevatória de esgoto;

Contingência remota relevante

A Companhia sofreu autuação e imposição de multa para exigir IRPJ e CSLL do ano-calendário de 2014, em razão de três temas a seguir:

- Utilização de taxas de depreciação incorretas;
- Ganhos decorrentes da avaliação de Ativos a Valor Justo (AVJ);
- Postergação no pagamento dos tributos.

O valor total da autuação de IRPJ foi de R$ 602.044 e da autuação de CSLL foi de R$ 216.736, considerando principal, juros e multa de ofício. Logo, o valor total do lançamento de ofício em julho de 2019 foi de R$ 818.780.

Os valores atualizados para 31 de março de 2025, considerando principal, juros e multa de ofício são de: IRPJ R$ 828.401 e CSLL R$ 298.224 Logo o valor total do processo suspenso em julgamento, em março de 2025 é de R$ 1.126.624.

Esse auto de infração da Secretaria da Receita Federal (SRF) considerou como infração a ocorrência de Ajustes a Valor Justo (AVJ), considerados como tributáveis, sendo que, no entanto, foram ajustes de avaliação pelo custo atribuído (*deemed cost*), nos termos das normas contábeis aplicáveis. Isso, por si só, já demonstra a improcedência dos autos de infração, eis que, nos termos do art. 142 do CTN, o lançamento consiste no procedimento tendente à verificação do fato gerador e determinação da matéria tributável. O erro na consideração do fato tido por tributável claramente implica a improcedência da autuação

Conforme se depreende dos argumentos de defesa da CAGECE, o auto de infração em questão não deve prosperar quando submetido ao julgamento no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF, especialmente se considerada também a hipótese de julgamento na esfera judicial. Atualmente, o processo encontra-se aguardando julgamento no CARF.

Ressalta-se que a CAGECE se sagrou vitoriosa no Mandado de Segurança nº 0812346-88.2018.4.05.8100 que tramitou perante a Justiça Federal do Ceará e o Tribunal Regional Federal da 5ª Região, garantindo-lhes o reconhecimento e aplicabilidade da imunidade tributária recíproca.

A decisão favorável à CAGECE, já transitada em julgado, reconheceu e deferiu o pedido de imunização das rendas, serviços e patrimônios ligados à atividade da CAGECE no âmbito federal, incluindo o tributo - Imposto de Renda, que corresponde a maior parte débito cobrado nessa autuação fiscal.

A certidão de trânsito julgado referente ao processo de imunidade foi adicionada ao processo administrativo em questão, que atualmente encontra-se aguardando julgamento no CARF.

Nesse sentido, o risco de perda do Processo Administrativo Fiscal (PAF) nº 10380-725.747/2019-19 é considerado remoto pela Administração da Companhia.

24. Provisão atuarial benefício definido – Plano de saúde

As provisões para benefícios a empregados contemplam as expectativas de despesas no curto prazo e no período pós-emprego e de longo prazo. As provisões de curto prazo são direcionadas à liquidação de despesas de natureza salarial e de participação dos empregados nos lucros. Quanto às provisões para benefícios pós-emprego, referem-se às expectativas (cálculos atuariais) de despesas com os planos de assistência à saúde sob responsabilidade da CAGECE. A tabela abaixo apresenta a composição dessas provisões:

	31/03/2025	31/12/2024
Plano de assistência médica	151.078	145.757
	151.078	**145.757**

Benefícios pós-emprego:

A CAGECE é patrocinadora de planos de previdência complementar e assistência médica. Esses benefícios são disponibilizados a seus empregados, dirigentes, aposentados e pensionistas em decorrência das relações de trabalho mantidas com a CAGECE.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis do exercício
Trimestres findos em 31 de março de 2025
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em relação aos planos de previdência complementar patrocinados pela CAGECE, sua administração é realizada pela Cageprev, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira, instituída em 2004 pela patrocinadora.

Sob ditames do CPC 33, o plano de aposentadoria, administrado pela Fundação CAGECE de Previdência Complementar – Cageprev, é considerado, para a Cagece, sob contribuição definida, uma vez que não há a obrigação de nenhum cálculo atuarial para a apuração da obrigação/despesa.

Quanto ao plano de assistência médica, este foi contratado pelo SINDIAGUA junto à UNIMED, conforme as seguintes informações:

- **Tipo de contratação:** coletivo por adesão, conforme Acordo Coletivo de Trabalho (ACT);
- **Contribuição:** da patrocinadora CAGECE e dos empregados, conforme tabela constante do ACT;
- **Valor da contribuição:** fixo (por beneficiário), não havendo variação, por faixa etária;
- **Modalidade:** ambulatorial e hospitalar com obstetrícia, sem odontológico;
- **Acomodação:** apartamento/enfermaria, dependendo da adesão.

Plano de assistência médica

Para o plano de assistência médica, a contribuição é definida através de custo médio, não havendo distinção de valores nas mensalidades dos beneficiários ativos e aposentados, bem como seus respectivos dependentes e agregados. Os valores a serem pagos são reajustados anualmente em função do reajuste de procedimentos médicos, da sinistralidade da apólice ou a alteração do perfil etário que originou o prêmio médio vigente – em função dos gastos ocorridos na operadora de planos de saúde.

O prêmio mensal pago pela CAGECE tem valor fixo por ativos e aposentados. Para o dependente, o montante pago resulta do valor do salário-base do empregado, tendo por parâmetro o salário-mínimo (SM), conforme tabela de contribuição aprovada em acordo coletivo. No plano contratado pela CAGECE é permitido aos ex-empregados, aposentados desligados da patrocinadora, continuarem no plano, desde que assumam as suas contribuições integralmente – conforme ditames da Lei 9.656/98.

Frente à severidade iminente nos custos médicos oriundos dos ex-empregados, por fatores de envelhecimento, há o impacto direto nas contribuições pagas pela CAGECE em favor de seus empregados (ativos), por serem calculadas como sendo um custo médio no qual o aumento na sinistralidade, decorrente dos aposentados, ocasionará, como consequência, elevação das contribuições de todos os beneficiários segurados, inclusive dos ativos. Assim, a permanência destes, após o desligamento da CAGECE, caracteriza benefício indireto aos ex-empregados (subsídio indireto), uma vez que a permanência destes eleva a

mensalidade paga pela CAGECE para os seus empregados, incorrendo na necessidade de constituição de passivo atuarial de compromissos pós-emprego.

Para o cálculo de provisão de benefícios pós-emprego existe previsão de cálculo do subsídio indireto, em linha com discussões técnicas do Instituto Brasileiro de Atuária (IBA). Assim, o compromisso da CAGECE corresponde à diferença, a maior, entre o valor da contribuição do ex-empregado/aposentado e o seu respectivo custo médico médio – observada toda a massa com tal perfil.

Em conformidade com o Plano de Reconhecimento por Serviço Prestado (PRSP) e o Plano Provisório de Incentivo à Aposentadoria (PPA) – em função da rescisão de trabalho e elegibilidades previstas em ambos os planos - foram garantidos àqueles que aderissem à época, dentre outros benefícios, o incentivo de auxílio saúde por prazo determinado.

Durante este prazo, fica mantida a participação da CAGECE, como se empregado fosse, inclusive aos seus dependentes, no custeio ao plano médico.

Após decorrido o prazo garantido por força do PRSP e PPA, bem como aqueles que se aposentarem fora dos referidos planos, o benefício de assistência médica é garantido desde que sejam integralmente custeados pelo empregado desligado, observado os ditames previstos pela Lei 9.656/96.

Avaliação Atuarial do plano de assistência médica.

Os cálculos atuariais e levantamentos realizados por consultoria especializada, em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), respaldam as contabilizações patrimoniais e de resultado realizadas pela CAGECE.

Reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais

A política contábil da CAGECE, no reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais contabilizados em suas demonstrações contábeis, para o plano assistencial - como benefício pós-emprego estruturado na modalidade de Benefício Definido, conforme determinado no Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), consiste no reconhecimento de todos os ganhos e perdas atuariais no período em que ocorrem em ajuste de avaliação patrimonial (aplicável ao plano de assistência médica).

Os planos previdenciários que possuem benefícios estruturados na modalidade de Contribuição Definida, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) e de acordo com a natureza do benefício, não geram ganhos ou perdas atuariais a serem reconhecidos pela CAGECE.

Principais premissas utilizadas na avaliação atuarial do plano de assistência médica

O cálculo atuarial é atualizado anualmente e as principais premissas utilizadas, bem como as despesas e receitas esperadas para o ano de 2024, o perfil de vencimento da obrigação de benefício definido e a análise de sensibilidade das principais premissas financeiras e demográficas, estão apresentados nas Demonstrações Contábeis Anuais de 31 de dezembro de 2024, na nota explicativa 24.

Já se encontra contabilizado no passivo da CAGECE, os valores referentes aos montantes de contribuições vertidas pela patrocinadora – sob tempo determinado - em função do prazo do auxílio-saúde para aqueles que aderiram ao PRSP e PPA. Os valores contabilizados, são apresentados conforme quadro a seguir, na posição de 31 de março de 2025:

Descrição	31/03/2025
Valor presente da obrigação atuarial	**147.667**
Valor Plano de Saúde registrado no passivo (PRSP e PPA)	(1.910)
Benefício definido estimado	6.014
Contribuição de funcionários aposentados	(693)
Valor presente da obrigação atuarial	**151.078**

25. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia registra contabilmente os efeitos fiscais de suas transações e outros eventos através do reconhecimento das diferenças temporárias, ativas ou passivas e dos ativos ou passivos fiscais diferidos, quando da apresentação dos tributos sobre o lucro líquido nas informações contábeis e na divulgação de informações sobre tais impostos.

As diferenças que impactam ou podem impactar na apuração da contribuição social decorrentes de diferenças temporárias entre a base fiscal de um ativo ou passivo e seu valor contábil no balanço patrimonial, são registradas como diferenças temporárias. Já os ativos ou passivos fiscais diferidos são registrados como valores a recuperar ou a pagar em períodos futuros.

Em 25 de novembro de 2024 através da ação judicial nº 0812346-88.2018.4.05.8100 que tramitou perante a Justiça Federal do Ceará e o Tribunal Regional Federal da 5ª Região, garantindo para Companhia o reconhecimento e aplicabilidade da imunidade tributária recíproca do IRPJ. Então a partir desta data não houve lançamento de IRPJ diferido, além disso todo o saldo remanescente de 2024 foi estornado.

A contribuição social diferida foi registrada à alíquota de 9%.

A Contribuição Social diferida apresenta a seguinte natureza:

	31/03/2025			31/12/2024		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Diferenças temporárias						
Provisões para contingências	-	12.537	12.537	-	12.054	12.054
Provisões para perdas estoques	-	75	75	-	75	75
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	5.318	5.318	-	5.186	5.186
Provisão atuarial benefício definido - Plano de saúde	-	13.597	13.597	-	13.118	13.118
Total diferido ativo		**31.527**	**31.527**		**30.433**	**30.433**
Diferenças temporárias	-	-	-	-	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial	-	(45.321)	(45.321)	-	(46.090)	(46.090)
Total diferido passivo		**(45.321)**	**(45.321)**	**-**	**(46.090)**	**(46.090)**
Total de imposto diferido líquido	**-**	**(13.794)**	**(13.794)**	**-**	**(15.657)**	**(15.657)**

26. Capital social

O capital social em 31 de março de 2025, totalmente subscrito e integralizado era de R$ 2.629.668 (2.629.668 em 31 de dezembro de 2024). O capital social da Companhia poderá ser aumentado, independentemente de reforma estatutária, pela emissão de até 50.000.000.000 (cinquenta bilhões) de ações, sendo 1/3 (um terço) desse total em ordinárias, e 2/3 (dois terços) em preferenciais. Caberá ao Conselho de Administração indicar o número, a espécie e a classe de ações a serem emitidas, respeitando o limite máximo de 2/3 (dois terços) de ações preferenciais na composição do capital social realizado, o prazo para exercício do direito de preferência e, ainda, o preço de emissão de cada ação, bem como as condições e prazo de integralização.

As ações preferenciais não possuem direito a voto, porém, gozam de prioridade na distribuição de dividendos e no reembolso do capital, no caso de dissolução da Companhia. Também têm direito à participação proporcional nas bonificações decorrentes de incorporação de reservas ou lucros, além de participação nos aumentos de capital em igualdade de condições com os demais acionistas e na capitalização de todas as reservas. Para essas ações são garantidos dividendos 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias, conforme previsto no inciso “I” do artigo 17 da Lei nº 6.404/76, com a nova redação dada pela Lei nº 10.303/2001.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis do exercício
Trimestre findo em 31 de março de 2025
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A composição acionária da Companhia está demonstrada para 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024 da seguinte forma (quantidade de ações):

	31/03/2025			31/12/2024		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Estado do Ceará	169.235.070	40.395	169.275.465	169.235.070	40.395	169.275.465
Município de Fortaleza	21.340.376	-	21.340.376	21.340.376	-	21.340.376
Outros	287	18.169	18.456	287	18.169	18.456
	190.575.733	**58.564**	**190.634.297**	**190.575.733**	**58.564**	**190.634.297**

27. Reserva de lucros

O montante registrado na conta de "Reserva de lucros" é de R$ 313.512 em 31 de março de 2025 (R$ 252.416 em 31 de dezembro de 2024), corresponde às reservas legal, estatutária, incentivos fiscais, especial e de retenção de lucros, constituídas conforme Lei das Sociedades Anônimas e Estatuto da Companhia, conforme descritas a seguir:

(a) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

(b) Reserva estatutária

A reserva estatutária poderá ser constituída anualmente, por proposta da Administração, a qual deverá ser deliberada pela Assembleia Geral por meio de orçamento de capital, que terá a faculdade de destinar até 10% (dez por cento) do lucro líquido do exercício remanescente após a constituição da reserva legal e distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios. A reserva estatutária tem por fim a implantação de inovações e melhorias operacionais em sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário e pesquisas e desenvolvimento de novos produtos e tecnologias.

Em 2022, conforme Ata da Assembleia Geral Ordinária de 30 de abril, foi constituída uma Reserva Estatutária de Contribuição para Projetos de Interesse Social, no montante total de R$ 5.000.

Conforme texto apresentado na Proposta da Administração incluído no Estatuto Social da Companhia, a reserva supracitada será constituída em cada exercício, no montante fixo anual de R$ 5.000, limitada ao mesmo valor, com a finalidade de custear a aquisição de materiais (tubulações, conexões, acessórios, hidrômetros e outros equipamentos), com o seu subsequente e imediato fornecimento ao Sistema Integrado de Saneamento Rural – SISAR operado no Estado do Ceará, vedados:

(i) O repasse de outros bens que não os mencionados neste inciso (ou de natureza que não se assemelhe às das finalidades mencionadas), e/ou;
O repasse direto de valores em espécie ou a cessão de créditos ou outros direitos da Companhia.

(c) Reserva de retenção de lucros

É composto pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas. A reserva de retenção de lucros é criada somente depois de considerados os requisitos de dividendo mínimo e seu saldo não pode exceder o montante do capital subscrito conforme estabelece o art. 199 da Lei 6.404/76. A reserva de retenção de lucros pode ser usada na absorção de prejuízos, se necessário, para capitalização, pagamento de dividendos ou recompra de ações.

28. Ajuste de avaliação patrimonial

Refere-se à adoção de um novo custo atribuído a determinadas classes de ativos imobilizados e intangíveis, devidamente suportados por laudos de avaliações patrimoniais elaborados por empresa especializada, nos termos da ICPC 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento.

A realização do ajuste de avaliação patrimonial é feita na mesma proporção da depreciação e baixa dos ativos que lhes deram origem, a crédito de lucros acumulados. Foi constituída provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos sobre o ajuste da avaliação patrimonial:

	Saldo 31/12/2023	Reversão	Realização	Saldo 31/12/2024	Reversão	Realização	Saldo 31/03/2025
Ativo não circulante							
Ativo financeiro, imobilizado e intangível1	547.350	-	(35.243)	512.107	-	(8.542)	503.565
Passivo não circulante							
Impostos diferidos (Realização)	(186.100)	-	3.173	(182.927)	-	769	(182.158)
Impostos diferidos (Reversão) (a)	-	136.837	-	136.837	-		136.837
Patrimônio líquido							
Ajuste de avaliação patrimonial	**361.250**	**136.837**	**(32.070)**	**466.017**	**-**	**(7.773)**	**458.244**

(a) Reversão do saldo de IRPJ diferido sobre ajuste de avaliação patrimonial

29. Imposto de Renda e Contribuição Social

	31/03/2025	31/03/2024
Lucro antes do imposto	**60.026**	**85.186**
Alíquota fiscal combinada (a)	9%	34%
Imposto de Renda e Contribuição Social pela alíquota fiscal combinada	**5.402**	**28.963**
Diferenças temporárias de variação cambial	-	-
Despesas indedutíveis	608	4.711
Realização do custo atribuído	769	2.999

Outras despesas não dedutíveis	443	78
Reversão de provisões indedutíveis	484	(7.567)
Benefícios Fiscais	-	(86)
Outros itens	-	(2.270)
Imposto de renda e contribuição social correntes	**7.706**	**26.828**
Incentivos fiscais de redução do imposto de renda	-	(5.554)
	7.706	**21.274**
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**(1.864)**	**2.328**
Encargo fiscal	5.842	23.602
Alíquota efetiva	**9,73%**	**27,71%**

Em 25 de novembro de 2024 através da ação judicial nº 0812346-88.2018.4.05.8100 que tramitou perante a Justiça Federal do Ceará e o Tribunal Regional Federal da 5ª Região, garantindo para Companhia o reconhecimento e aplicabilidade da imunidade tributária recíproca do IRPJ. Então a partir desta data não houve lançamento de IRPJ corrente.

A alíquota de imposto efetiva em 31 de março de 2025 é de 9,73% (27,71% no mesmo período de 2024).

30. Partes relacionadas

	31/03/2025	31/12/2024
Estado do Ceará **(a)**	11.597	7.153
Município de Fortaleza **(b)**	9.664	3.945
Contas a receber	**21.261**	**11.098**
Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos – COGERH **(c)**	(22.461)	(23.613)
Fundação Cagece de Previdência Complementar – CAGEPREV **(d)**	(2.280)	(2.229)
Ambiental Ceará 1 SPE S.A. **(e)**	(7.914)	(10.032)
Ambiental Ceará 2 SPE S.A. **(e)**	(12.779)	(14.331)
Contas a pagar	**(45.434)**	**(50.205)**
Estado do Ceará **(a)**	**52.927**	**52.927**
Município de Fortaleza **(b)**	**10.247**	**10.247**
Juros sobre o capital próprio e dividendos a pagar	**63.174**	**63.174**

As transações com partes relacionadas foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes.

A Companhia manteve as seguintes operações com partes relacionadas:

(a) Estado do Ceará

- Serviços de água e esgoto cobrados de acordo com as tarifas aprovadas pelo órgão regulador;
- Aporte de 69% do orçamento total de US$ 327.345 do projeto Sanear II, que representa um montante de US$ 225.868. O projeto Sanear II tem

por objetivo a ampliação e melhoria do Sistema de Abastecimento de Água e implantação de sistemas de esgotamento sanitário em diversos polos econômicos e turísticos do Estado do Ceará;
- De janeiro a março de 2025 foi faturado um total de R$ 18.858 (R$ 15.916 o mesmo período de 2024) para o Estado do Ceará e órgãos a ele vinculados. Desses, o montante de 11.597 está registrado no contas a receber em 31 de março de 2025 (R$ 7.153 em 31 de dezembro de 2024).

(b) Município de Fortaleza

- O município de Fortaleza, por meio da Lei Municipal nº 8.716, de 6 de junho de 2003, e contrato assinado em 10 de outubro de 2003, concedeu, de forma onerosa e exclusiva, à Companhia, a exploração dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário pelo prazo de 30 anos;
- Em contrapartida, além dos compromissos de investimentos pactuados, o Estado transferiu ao Governo Municipal 22% de suas ações com direito a voto no momento da assinatura do contrato;
- A Companhia assumiu o compromisso de pagar mensalmente à Prefeitura pelo direito de exploração da concessão, o equivalente a 1,5 % sobre o faturamento mensal direto de água e esgoto de Fortaleza. Essa remuneração, de janeiro a março de 2025, correspondeu a R$ 5.560 (R$ 5.358 no mesmo período de 2024);
- Em 04 de novembro de 2019 foi assinado pelo Município de Fortaleza e a Companhia um novo contrato para a exploração dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário com prazo de vencimento em 03 de novembro de 2054;
- Com a publicação da Lei n° 14.026, de 15 de julho de 2020, que atualiza o marco legal do saneamento, e da Lei Complementar n° 247, de 18 de junho de 2021, sancionada pelo Governo do Estado do Ceará, que instituiu as Microrregiões de Água e Esgoto do Oeste, do Centro-Norte e do Centro-Sul, estando o Munícipio de Fortaleza inserido na Microrregião Centro-Norte, foi assinado em 28 de dezembro de 2021 novo contrato que prorrogou o vencimento do contrato para 06 de outubro de 2055;
- Serviços de água e esgoto cobrados de acordo com as tarifas aprovadas pelo órgão regulador;
- Cessão de funcionários no qual a Companhia paga aos órgãos do governo municipal pela disponibilização de profissionais. O valor pago corresponde à remuneração do profissional acrescida dos correspondentes encargos sociais;
- De janeiro a março de 2025 foi faturado um total de R$ 9.968 (R$ 8.080 o mesmo período de 2024) para a Município de Fortaleza e órgãos vinculados. Desses o montante de R$ 9.664 está registrado no contas a receber em 31 de março de 2025 (R$ 3.945 em 31 de dezembro de 2024).

(c) COGERH – Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos

- A Companhia de Gestão de Recursos Hídricos – COGERH é o único fornecedor de água bruta da Cagece e torna-se parte relacionada por também pertencer ao Estado do Ceará;
- De janeiro a março de 2025, o custo total com a aquisição de água bruta junto a COGERH foi de R$ 31.438 (R$ 29.897 no mesmo período de 2024) e o saldo a pagar para o fornecedor, em 31 de março de 2025 era de R$ 22.461 (R$ 23.613 em 31 de dezembro de 2024).

(d) CAGEPREV – Fundação Cagece de Previdência Complementar

- De janeiro a março de 2025, ocorreram pagamentos de contribuições para previdência complementar no montante de R$ 1.854 (R$ 1.712 no mesmo período de 2024), havendo R$ 634 a pagar em 31 de março de 2025 (R$ 612 em 31 de dezembro de 2024);
- De janeiro a março de 2025, foram repassadas contribuições de empregados para previdência complementar no montante de R$ 2.368 (R$ 2.182 no mesmo período de 2024), havendo R$ 809 a repassar em 31 de março de 2025 (R$ 776 em 31 de dezembro de 2024);
- De janeiro a março de 2025, ocorreram pagamentos de previdência complementar para empregados aposentados no montante de R$ 617 (R$ 806 no mesmo período de 2024), havendo R$ 204 a pagar em 31 de março de 2025 (R$ 207 em 31 de dezembro de 2024);
- De janeiro a março de 2025, foram repassados empréstimos consignados tomados pelos empregados junto à Cageprev e descontados em folha de pagamento no montante de R$ 1.907 (R$ 1.849 no mesmo período de 2024), havendo R$ 633 a repassar em 31 de março de 2025 (R$ 634 em 31 de dezembro de 2024).

(e) Ambiental Ceará 1 SPE S.A. e Ambiental Ceará 2 SPE S.A.

- As empresas Ambiental Ceará 1 SPE S.A. e Ambiental Ceará 2 SPE S.A. foram criadas pela Aegea Saneamento e Participações S.A. e formam a parceria público-privada para a concessão administrativa dos serviços necessários para universalização do esgotamento sanitário no Estado do Ceará em 24 municípios que fazem parte das Regiões Metropolitanas de Fortaleza e do Cariri, conforme citado na nota explicativa 14.
- De janeiro a março de 2025, o custo total com a parceria público-privada de esgotamento sanitário foi de R$ 46.252 (40.243 para o mesmo período de 2024), sendo R$ 10.904 referentes a Ambiental Ceará 1 e R$ 35.348 a Ambiental Ceará 2, estando a pagar na rubrica de fornecedores os montantes de R$ 7.914 e R$ 12.779, respectivamente (R$ 10.032 e 14.331 em 31 de dezembro de 2024).

31. Honorários da Administração

Os montantes de remuneração pagos pela Companhia a seus Conselheiros e aos Administradores, de janeiro a março de 2025 e 2024 está detalhado abaixo:

	31/03/2025	31/03/2024
Remuneração Diretoria - Salários	530	401
Remuneração Diretoria - Gratificações	405	454
Remuneração Diretoria - Benefícios (auxílios para educação, saúde e alimentação)	174	171
Remuneração Diretoria - Participações nos lucros	312	315
Remuneração Conselho de Administração	187	210
Remuneração Conselho Fiscal	156	150
Remuneração Comitê de Auditoria	54	68
Total do exercício	**1.818**	**1.769**

Os respectivos valores foram registrados na Rubrica “Despesas administrativas” na demonstração de resultado.

A Companhia não concede a seus Administradores e Conselheiros outros benefícios de longo prazo como benefício de rescisão de contrato de trabalho e remuneração baseada em ações. Logo, os benefícios concedidos limitam-se aos divulgados acima.

32. Instrumentos financeiros

A Companhia procedeu a avaliação de seus ativos e passivos contábeis em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, tanto a interpretação dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para se produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente.

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança.

A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas *versus* as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de alto risco.

Seguem os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024:

	31/03/2025		31/12/2024	
	Valor contábil	Valor Justo	Valor contábil	Valor Justo
Ativos financeiros				
Ativos financeiros - contratos de concessão	8.075	8.075	7.276	7.276
Contas a receber de clientes	506.025	506.025	511.206	511.206
Caixa e equivalentes de caixa	5.695	5.695	6.781	6.781
Aplicações financeiras	330.313	330.313	505.134	505.134
Depósitos vinculados a convênios	9.548	9.548	25.575	25.575
Passivos financeiros				
Incentivo à aposentadoria - PRSP	39.951	39.951	33.126	33.126
Empréstimos e financiamentos	902.237	1.296.622	919.616	945.576
Debêntures	1.508.580	1.455.206	1.548.443	1.490.291
Fornecedores	266.748	266.748	315.526	315.526
Obrigações com clientes	865	865	973	973
Arrendamento mercantil	48.789	48.789	54.455	54.455

Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

Os valores de mercado passivos são calculados através da projeção do saldo devedor, atualizado pela taxa contratual, pelo período de meses restantes para pagamento. O valor encontrado retroage ao período atual, utilizando-se as taxas de mercado abaixo:

Tipo	Taxa contratual (a.a.)	Período médio de meses	Taxa de mercado (a.a.)
Caixa Econômica Federal	9,23%	122	8,80%
Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	Tranche 1: CDI + 1,045% Tranche 2: CDI +1,175%	56	3,88%
Banco do Nordeste	IPCA + 1,77%	155	3,32%
Banco Alfa	CDI + 2,55%	9	2,55%
Banco do Brasil	CDI + 3,40%	(1)	3,40%
Notas Comerciais	CDI + 2,45%	1	2,45%
Banco ABC	CDI + 2,56%	21	2,56%
1ª Emissão - Debêntures 1ª série	CDI + 2,10%	12	1,71%
1ª Emissão - Debêntures 2ª série	IPCA + 5,41%	55	6,19%
2ª Emissão - Debêntures 1ª série	IPCA + 8,1891	136	6,19%
2ª Emissão - Debêntures 2ª série	CDI + 2,20%	51	1,71%
2ª Emissão - Debêntures 3ª série	CDI + 2,50%	76	1,71%
2ª Emissão - Debêntures 4ª série	CDI + 2,90%	112	1,71%

33. Previdência complementar

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis do exercício
Trimestre findos em 31 de março de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 12 de fevereiro de 2004, a Portaria nº 24 da Secretaria de Previdência Complementar (SPC), órgão vinculado ao Ministério da Previdência e Assistência Social, autorizou o início das atividades da CAGEPREV - Fundação CAGECE de Previdência Complementar, tendo como única patrocinadora a Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE.

A CAGEPREV é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira, tendo como objetivo a constituição e administração de planos privados de benefícios previdenciários suplementares em favor de seus participantes e respectivos beneficiários, custeando todos os benefícios na modalidade de contribuição variável (regime financeiro de capitalização). A Patrocinadora CAGECE efetua contribuições mensais no mesmo percentual que o participante, obedecendo a Lei Complementar N.º 108 de 29 de maio de 2001. O Limite de patrocínio pela Companhia é de 12%.

O plano de previdência complementar, administrado pela CAGEPREV - Fundação CAGECE de Previdência Complementar, é um plano de contribuição variável que não corre risco de insolvência, pois está equilibrado pelo mecanismo de quotas, onde o patrimônio de cobertura sempre será igual ao das provisões matemáticas. Isto implica dizer que a Patrocinadora não precisa aportar nenhum valor além das contribuições mensais.

Sob ditames do CPC 33, para a CAGECE o plano de aposentadoria, administrado pela Fundação CAGECE de Previdência Complementar – Cageprev, é considerado, para a Cagece, sob contribuição definida, uma vez que não há a obrigação de nenhum cálculo atuarial para a apuração da obrigação/despesa.

De janeiro a março de 2025 , a Companhia efetuou contribuições à Cageprev no montante de R$ 1.854 (R$ 1.712 no mesmo período de 2024).

A Cageprev encerrou em 31 de março de 2025 com 1.325 participantes (1.331 em 31 de dezembro de 2024), sendo 1.155 ativos (1.162 em 31 de dezembro de 2024) e 170 assistidos (169 em 31 de dezembro de 2024) e apresentando um patrimônio da ordem de R$ 383.377 (R$ 372.594 em 31 de dezembro de 2024).

Para fins de atendimento às normas estabelecidas pela PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar, as reservas técnicas são calculadas por empresa de consultoria atuarial, contratada pela CAGEPREV, a qual emitiu parecer datado de 17 de fevereiro de 2025, sem apresentar nenhum comentário que representasse qualquer risco adicional ou ressalva aos procedimentos adotados pela Administração da CAGEPREV.

As principais premissas atuariais são as seguintes:

	31/12/2024
Taxa real anual de juros	4,58%
Projeção de crescimento real de salário	1% a.a
Projeção de crescimento real do maior salário de benefício do INSS	0% a.a
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano	0% a.a
Hipótese sobre gerações futuras de novas entradas	N.A
Tábua de mortalidade geral de válidos	AT-2000 básica, segregada por sexo.

34. Lucro por ação básico e diluído

O lucro básico por ação do período é calculado através da divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais emitidas durante o período. As ações preferenciais possuem direito de 10% a mais de dividendos do que as ações ordinárias:

	31/03/2025	31/03/2024
Numerador		
Lucro disponível aos acionistas ordinários	54.166	61.563
Lucro disponível aos acionistas preferenciais	18	21
	54.184	**61.584**
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	190.576	185.904
Média ponderada de número de ações preferenciais	59	57
	190.635	**185.961**
Resultado básico e diluído por ação (em R$)		
Ação ordinária	0,2842	0,3311
Ação preferencial	0,3126	0,3642

A Companhia não possui ações ordinárias em circulação que possam causar diluição ou dívida conversível em ações ordinárias. Assim, o lucro básico e o diluído por ação são iguais.

35. Receitas líquida de serviços

	31/03/2025	31/03/2024
Receita de serviços de abastecimento de água	477.692	448.816
Receita de serviços de esgotamento sanitário	203.177	179.771
Receita de construção	144.066	174.554
	824.935	**803.141**
Impostos sobre vendas	(63.017)	(58.466)
Receita líquida	**761.918**	**744.675**

As áreas de atuação da Companhia encontram-se localizadas dentro do estado do Ceará.

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis do exercício
Trimestre findos em 31 de março de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

36. Custos e despesas operacionais, por natureza

	31/03/2025	31/03/2024
Insumos	(90.515)	(97.158)
Serviços	(109.801)	(96.263)
Depreciação e amortização	(57.640)	(53.148)
Pessoal	(37.399)	(41.311)
Materiais	(10.081)	(8.334)
Custos gerais	(6.425)	(5.233)
Concessão	(5.560)	(5.358)
Custos operacionais líquidos	**(317.421)**	**(306.805)**
Custos de construção	(144.066)	(174.554)
Total dos custos	**(461.487)**	**(481.359)**
Serviços	(19.418)	(23.509)
Pessoal	(8.552)	(9.049)
Depreciação e amortização	(978)	(1.055)
Gerais	(416)	(451)
Despesas comerciais	**(29.364)**	**(34.064)**
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	**(21.993)**	**(18.106)**
Pessoal	(59.015)	(53.773)
Serviços	(40.907)	(32.894)
Causas judiciais	(8.879)	3.260
Gerais	(6.496)	(4.624)
Tributária	(14.721)	(13.698)
Transportes	(2.577)	(2.249)
Depreciação e amortização	(6.258)	(7.364)
Honorários da administração	(1.028)	(1.064)
Despesas administrativas	**(139.881)**	**(112.406)**
Insumos (a)	(90.515)	(97.158)
Serviços (b)	(170.126)	(152.666)
Depreciação e amortização (c)	(64.876)	(61.567)
Pessoal	(104.966)	(104.133)
Materiais	(10.081)	(8.334)
Concessão	(5.560)	(5.358)
Causas judiciais(d)	(8.879)	3.260
Tributária	(14.721)	(13.698)
Transportes	(2.577)	(2.249)
Honorários da administração	(1.028)	(1.064)
Custos e despesas gerais	(13.337)	(10.308)
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (e)	(21.993)	(18.106)
Custos e despesas operacionais	**(508.659)**	**(471.381)**
Custos de construção	(144.066)	(174.554)
Total de custos e despesas	**(652.725)**	**(645.935)**

(a) Os insumos estão representados pelos custos com água bruta, energia e serviços e materiais de tratamento. No comparativo de janeiro a março de 2025 com o mesmo período de 2024, os gastos com água bruta reduziram R$ 6.643. As principais variações devem-se a: i) Redução de R$ 4.911 em energia decorrente principalmente da redução na provisão das contas do mercado cativo de energia ; ii) Redução de R$ 3.273 no serviço e material de tratamento em função principalmente da redução do volume consumido ;iii) Aumento de R$ 1.541, nos gastos com água bruta, em função dos reajustes tarifários aplicados pela Cogerh em agosto de 2024.

(b) De janeiro a março de 2025, os gastos com serviços apresentaram uma elevação de R$ 17.460 no comparativo com o mesmo período de 2024. As principais variações devem-se a: i) incremento nos serviços da PPP de esgoto, justificando um aumento de R$ 6.009 e aumento de R$ 4.282 no serviço de acompanhamento independente de indicadores da PPP ; ii) Aumento de R$ 5.357 nos serviços terceirizados, em decorrência dos reajustes de contratos e aumento no quantitativo de contratados.

(c) A elevação da depreciação e amortização no total de R$ 3.309 no comparativo janeiro a março de 2025 com janeiro a março de 2024, deve-se principalmente pelo aumento na amortização do intangível, devido ao aumento da base de ativos da Companhia, consequente dos investimentos (Capex) necessários ao atingimento das metas de universalização do Marco Legal do Saneamento e da ativação dos contratos de expansão.

(d) O aumento de R$ 12.139 nas despesas com causas judiciais no comparativo janeiro a março de 2025 com janeiro a março de 2024, deve-se principalmente em virtude dos efeitos combinados de pagamentos, ganhos de causa e reversões de provisões.

(e) A elevação de R$ 3.887 nas despesas com perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa no comparativo janeiro a março de 2025 com janeiro a março de 2024, deve-se principalmente, devido ao aumento na constituição da PECLD, decorrente do aumento de faturamento da Companhia.

37. Receitas (despesas) financeiras, líquidas

	31/03/2025	31/03/2024
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	17.956	14.492
Receita de atualização do ativo financeiro (Nota 10)	231	138
Juros recebidos de clientes	5.362	4.813
Atualização monetária	1.243	371
(-) PIS / COFINS sobre receita financeira	(1.142)	(914)
	23.650	**18.900**
Despesas financeiras		
Juros de empréstimos e financiamentos	(22.678)	(19.518)
Juros do arrendamento	(1.228)	(1.709)
Juros das debêntures (a)	(38.727)	(17.930)
Incentivo à aposentadoria - PRSP	(1.174)	(907)
Atualização monetária (b)	(6.565)	6.557
Despesas financeiras de tributos	(361)	(8)
Outras	(26)	(22)
	(70.759)	**(33.536)**
	(47.109)	**(14.636)**

(a) Elevação de juros de debêntures no valor de R$ 20.797 devido principalmente aos efeitos da realização da segunda emissão de debêntures no 3T24.

(b) Aumento da atualização monetária passiva no valor de R$ 13.122 em virtude principalmente da atualização de provisões judiciais no valor de R$ 2.414 no 1T25 (versus estorno de R$ 6.799 no 1T24) e despesas de juros relacionadas à PPP de R$ 1.605 que não ocorreram no 1T24.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis do exercício
Trimestre findos em 31 de março de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

38. Eventos subsequentes

ocorreu

AUMENTO DE CAPITAL SOCIAL

Em 28 de abril de 2025 foi deliberado, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, o aumento do Capital Social da Companhia no valor total de R$ 173.869, decorrente de recursos oriundos da reserva de retenção de lucros do exercício de 2024, sem a emissão de novas ações.

Com o aumento aprovado, o Capital Social da Companhia passou de R$ 2.629.668 para R$ 2.803.537 sendo efetuado sem emissão de novas ações, beneficiando indistintamente todos os acionistas da Companhia.

Contratação de financiamento bancário

Em 22 de abril de 2025 a Companhia contratou junto ao Banco do Brasil uma cédula de crédito bancário no valor de R$ 54.000. A operação tem prazo de 12 meses, com taxa de CDI + 2,40% a.a. e pagamento em parcela única ao final do contrato.

Em 07 de maio de 2025 a Companhia captou junto ao Banco Bocom BBM uma cédula de crédito bancário. O valor contratado foi de R$ 96.000. A operação tem prazo de 12 meses, com taxa de CDI + 2,19% a.a. e pagamento em parcela única ao final do contrato.

39. Fatos administrativos

Em 24 de fevereiro de 2025 foi aprovado o aumento de capital de R$ 8.992 dos quais R$ 7.985 são provenientes de capitalização de adiantamento de futuro aumento de capital feito pelo acionista majoritário, enquanto R$ 1.007 proposto aos demais acionistas para evitar diluição de participação acionária. Caso se realize, este aumento ocasionará a emissão de 517.780 novas ações ordinárias e 160 novas ações preferenciais. A homologação deste aumento de capital está pendente pelo transcurso do prazo de 30 (trinta) dias para exercício do direito de preferência dos acionistas.

Neurisangelo Cavalcante de Freitas Diretor Presidente	**Francisco Rogério Gomes Leite** Diretor de Operações	**Cláudia Elizângela Tolentino Caixeta Freire** Diretora de Mercado
Carlos Emanuel Brito Salmito Diretor de Negócio	**José Carlos Lima Asfor** Diretor de Engenharia	**Dario Sidrim Perini** Diretor Financeiro e de Relações

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis do exercício
Trimestre findos em 31 de março de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

do Interior	com Investidores

José Leite Gonçalves Cruz	**Luciano de Arruda Coelho Filho**
Diretor de Gestão Corporativa	Diretor de Gestão de Parcerias
Pedro Henrique Leite Gomes	**André Lopes Camurça**
Contador CRC/CE 018577/O-8	Gerente de Contabilidade

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos
Acionistas e aos Diretores da
COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE
Fortaleza – CE

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ – CAGECE (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR), referente ao trimestre findo em 31 de março de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21 (R4) – Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade). A revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 (R4) – Demonstração Intermediária aplicável à elaboração de Informações Trimestrais – (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Eventos Subsequentes

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 38, que em 28 de abril de 2025 foi deliberado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, o aumento do Capital Social da Companhia no valor total de R$ 173.869, referentes a recursos oriundos da reserva de retenção de lucros do exercício de 2024, sem a emissão de novas ações. Com o aumento aprovado, o Capital Social da Companhia passou de R$ 2.629.668 para R$ 2.803.537, sendo efetuado sem emissão de novas ações, beneficiando indistintamente todos os acionistas da Companhia. Nossa conclusão não contém modificação em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Barueri, 14 de maio de 2025.

RUSSELL BEDFORD GM
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 “T” SP

Roger Maciel de Oliveira
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 “T” SP
Sócio Responsável Técnico

Eser Helmut Amorim
Contador CRC 1SP 307.736/O-5
Diretor

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE, abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame das Demonstrações Contábeis Intermediárias do trimestre findo 31 de março de 2025 e relatório de revisão especial dos auditores independentes da Russell Bedford GM Auditores Independentes S/S, datado de 14 de maio de 2025.

Com base nos documentos examinados e nos esclarecimentos apresentados pelo representante da auditoria, concluíram que as Demonstrações Contábeis Intermediárias apresentadas refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE em 31 de março de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Fortaleza, 14 de maio de 2025.

Marcos César Cals de Oliveira
Presidente

Francisco das Chagas Cipriano Vieira
Conselheiro Efetivo

Sandro Camilo Carvalho
Conselheiro Efetivo

Francisco de Castro Menezes Júnior
Conselheiro Efetivo

Gioconda Vieira Bretas
Conselheiro Efetivo

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os Diretores da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE, inscrita no Ministério da Fazenda sob o CNPJ nº 07.040.108/0001 -57, com sede na Rua Lauro Vieira Chaves, 1030, Vila União, Fortaleza, Ceará, declaram para os fins do disposto no § 1º, do artigo 27, inciso VI, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que:

Reviram, discutiram e concordam com as informações trimestrais do período findo em 31 de março de 2025.

Fortaleza, 14 de maio de 2025.

Neurisangelo Cavalcante de Freitas
Diretor Presidente

Francisco Rogério Gomes Leite
Diretor de Operações

Cláudia Elizângela Tolentino Caixeta Freire
Diretora de Mercado

Carlos Emanuel Brito Salmito
Diretor de Negócio do Interior

José Carlos Lima Asfor
Diretor de Engenharia

Dario Sidrim Perini
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

José Leite Gonçalves Cruz
Diretor de Gestão Corporativa

Luciano de Arruda Coelho Filho
Diretor de Gestão de Parcerias

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Os Diretores da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE, inscrita no Ministério da Fazenda sob o CNPJ nº 07.040.108/0001 -57, com sede na Rua Lauro Vieira Chaves, 1030, Vila União, Fortaleza, Ceará, declaram para os fins do disposto no § 1º, do artigo 27, inciso V, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que:

Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as informações trimestrais do período findo em 31 de março de 2025.

Fortaleza, 14 de maio de 2025.

Neurisangelo Cavalcante de Freitas
Diretor Presidente

Francisco Rogério Gomes Leite
Diretor de Operações

Cláudia Elizângela Tolentino Caixeta Freire
Diretora de Mercado

Carlos Emanuel Brito Salmito
Diretor de Negócio do Interior

José Carlos Lima Asfor
Diretor de Engenharia

Dario Sidrim Perini
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

José Leite Gonçalves Cruz
Diretor de Gestão Corporativa

Luciano de Arruda Coelho Filho
Diretor de Gestão de Parcerias